

## Corrupção e participação política nas Américas e no Caribe

Robert Bonifácio<sup>1</sup> e Rafael Paulino<sup>2</sup>

### 1- Introdução

A democracia, entendida tanto como um ideal a ser seguido (dimensão normativa) quanto um tipo de regime político (dimensão analítica), encontra-se, atualmente, disseminada ao redor do mundo. Várias evidências suportam essa afirmação. Norris (2011), por exemplo, identifica elevadas taxas de preferência pelo regime político democrático em relação aos demais tipos, até mesmo entre indivíduos de países que ela classifica como autocráticos.

Em relação aos regimes políticos, Moisés (1992) reconhece a relevância histórica das revoluções socialistas, mas sustenta que a grande personagem do século XX foi a democracia, concordando com o termo utilizado por Pasquino (1990) para caracterizar a vida política do período: “festa da democracia”. Huntington (1994) oferece uma análise mais aprofundada da questão, sugerindo que o mundo passou, desde meados do século XIX até fins do século XX, por fases de transformação de regimes políticos não democráticos em regimes democráticos, o que ele chama de “ondas de democratização”. Já Bonifácio (2014, p. 20) - com base em dados disponibilizados pela *Freedom House*<sup>3</sup> - observa um crescimento moderado, porém sustentado, do caráter democrático dos regimes políticos (países livres) ao longo do tempo em todas as partes do mundo. Em contraposição, há uma queda no percentual de países não democráticos (não livres), ao lado de uma situação de estabilidade no percentual de países parcialmente democráticos (parcialmente livres).

Dentre vários aspectos que compõem um regime democrático, a participação política pode ser caracterizada como o mais voluntário e ativista. Primeiro porque se baseia em mobilização autônoma, livre de obrigações legais<sup>4</sup>. Em segundo lugar, as atividades relacionadas não necessariamente são circunscritas à esfera governamental, o

---

<sup>1</sup> Doutor em ciência política pela UFMG e professor substituto na mesma instituição. Pesquisador do CECOMP (Centro de estudos do comportamento político, da UFMG). Contato: [rbonisilva@gmail.com](mailto:rbonisilva@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestrando em ciência política pela UFMG. Pesquisador do CECOMP (Centro de estudos do comportamento político, da UFMG). Contato: [rafaeloliveirap11@gmail.com](mailto:rafaeloliveirap11@gmail.com).

<sup>3</sup> A Freedom House é uma organização de vigilância independente, que se dedica à expansão da liberdade ao redor do mundo. Para mais informações, acessar: <http://www.freedomhouse.org/about-us>. Acessado em: 06/05/2013.

<sup>4</sup> A exceção fica para o voto, que é compulsório em alguns países.

que significa serem abertas a todos os cidadãos e possível de se desenvolverem em diversos ambientes.

Talvez por conta dessas características, é farto o número de estudos sobre a participação política. O que buscamos nesse trabalho, contudo, é investigar uma questão ainda pouco explorada na literatura especializada: o papel da corrupção na conformação do engajamento político. Será que a convivência, os valores e a percepção dos cidadãos em relação a práticas e atores corruptos têm efeitos sobre a participação política? Se sim, em qual direção isso se desenvolve: rumo ao engajamento ou ao afastamento da política?

Para tanto, fazemos uma abordagem teórica ao problema e também análises empíricas. Sobre o último aspecto, utilizamos dados a nível individual, pertinentes a cidadãos americanos e caribenhos de dezenas de países. A fonte de dados é o “Barômetro das Américas”<sup>5</sup>, sendo utilizadas as rodadas de 2004, 2006-7, 2008, 2010 e 2012. Por conta dos dados abarcarem os cidadãos de boa parte dos países dos dois continentes e pela presença de alguns pontos temporais, esperamos captar tendências sobre a possível relação entre corrupção e participação política. É priorizada a perspectiva individual na análise de dados, com exceção da incorporação dos países nos testes de regressão, como variáveis de controle.

Para cobrir o objetivo proposto, no tópico seguinte tratamos da definição e da dimensionalidade da participação política, selecionando indicadores e identificando modalidades ou tipos relacionados. Em seguida, discutimos teoricamente os efeitos da corrupção na democracia e descrevemos dados a respeito das variáveis indicadoras utilizadas. A análise dos dados de testes estatísticos multivariados é a etapa seguinte e, por fim, tecemos as considerações finais.

## **2- Participação política: definição, indicadores e dimensionalidade**

O debate sobre a participação política é extenso. Há, por exemplo, diversas visões acerca do ambiente em que o fenômeno se desenvolve e a sua dimensionalidade, além do repertório das atividades participativas. Em Bonifácio (2014), alguns dos

---

<sup>5</sup> Trata-se de um conjunto de pesquisas de opinião aplicadas em diversos países das Américas e do Caribe, realizado pelo *Latin American Public Opinion Project (LAPOP)*, da *Vanderbilt University*, sob coordenação de Mitchell Seligson. Para mais informações, acessar: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/>. Acesso em: 22/05/2014.

principais estudos que tratam dessas questões são abordados<sup>6</sup> e o autor destaca que o único ponto consensual entre eles é a consideração de que a participação é um comportamento, uma ação, e não uma atitude, algo imbuído de caráter subjetivo (MILBRATH, 1965; PIZZORNO, 1975; HUNTINGTON; NELSON, 1976; BOOTH; SELIGSON, 1976; BARNES ET AL, 1979; VERBA, SCHOLZMAN, BRADY, 1995; TEORELL, TORCAL; MONTERO, 2002).

Consideramos que participação política refere-se a *atividades exercidas por cidadãos, em diversas arenas, que objetivam influenciar as dinâmicas de poder*. Logo, entendemos que participar significa tomar parte em algo (FIALHO, 2008), que o fenômeno se expressa por atividades e que pode se desenvolver em diversas arenas, buscando, de forma conflitiva ou cooperativa, influir na distribuição de poder (REIS, 2000).

A partir dessa definição, é possível selecionar os indicadores empíricos (quadro 1). Antes, porém, devem ser feitas duas considerações. A primeira se refere ao alcance da dinâmica participativa. Temos uma visão limitada a respeito, não incorporando a concepção de que os seus resultados podem contribuir para uma mudança estrutural do Estado (PIZZORNO, 1975). Isso se dá porque a ocorrência de movimentos revolucionários mostra-se pouco frequente ao longo da história e o que se busca estudar são os movimentos mais usuais.

A segunda consideração recai sobre o associativismo. É recorrente, em estudos da área, considerar a associação e a filiação a grupos e a movimentos como expressão de participação política. Isso faz sentido, já que um dos caminhos mais comuns para vocalizar preferências e demandas se dá por essa via. No entanto, é importante ter parcimônia na seleção desses grupos e movimentos. Associações a grupos de igreja, de mulheres ou a grêmios recreativos, por exemplo, podem ou não ter relação com questões políticas. O modo como essas variáveis estão descritas no questionário do “Barômetro das Américas” não possibilita a interpretação de que o engajamento a esses grupos está atrelado a questões políticas. Logo, por não possuírem um caráter político inequívoco, elas não são incluídas na lista de indicadores de participação política.

---

<sup>6</sup> Outros estudos que concedem um panorama geral das teorias sobre participação são os de Brady (1999) e Borba (2012).

## Quadro 1- Indicadores de participação política

<p style="text-align: center;"><b>Arena eleitoral</b> Votar em eleições Candidatar-se a cargo político Doar dinheiro para partido político ou candidato Trabalhar para partido político ou candidato em campanha eleitoral Assistir a comícios políticos Tentar convencer as pessoas sobre a escolha do voto Usar/ utilizar adesivos, <i>bottons</i> e bandeiras em campanha eleitoral</p> <p style="text-align: center;"><b>Arena representativa/ governamental</b> Assistir a reuniões de partidos políticos Filiar-se a partido político Assistir a reuniões de conselhos governamentais Assistir a reuniões de orçamento participativo Assistir a audiências públicas Assistir a reuniões da Câmara de Vereadores e dos Deputados e do Senado Federal Buscar contato com atores políticos e/ou governamentais Realizar atividades de <i>lobby</i> com atores políticos e governamentais</p> <p style="text-align: center;"><b>Arena social</b> Participar de protestos e manifestações públicas Participar de greves Assinar petição e/ou abaixo-assinado Agir em prol de melhorias da comunidade Assistir a reuniões de associação de bairro Ser membro efetivo de associação de bairro Boicotar determinados produtos por questões políticas Comprar determinados produtos por questões políticas Bloquear estradas e ocupar prédios e terrenos por questões políticas</p>
--

Nem todos esses indicadores estão presentes no banco de dados do “Barômetro das Américas”. É possível trabalharmos somente com 13 variáveis, que estão descritas a seguir. O detalhamento a respeito é feito no apêndice A:

- Votar na eleição presidencial; trabalhar em campanha eleitoral;
- Contatar deputados (estaduais e federais) / atores políticos locais (prefeitos e autoridades militares)/ vereadores e atores governamentais locais;
- Agir para solução de problemas na comunidade em que se vive;
- Assistir a reuniões de associação de bairro/ partido político/ audiência pública na câmara dos vereadores ou na prefeitura;
- Tentar convencer o outro sobre a escolha do voto;
- Participar de manifestações ou protestos públicos;
- Assinar petições.

Embora haja critérios de ordem teórica para sustentar que todas as variáveis elencadas anteriormente são indicadoras de participação política, buscamos um tratamento um pouco mais rigoroso, investigando se elas expressam uma mesma dimensão ou se podem ser discriminadas em diferentes tipos ou modalidades, tendo um caráter multidimensional. A maneira mais adequada para isso é através da utilização do teste de análise fatorial exploratória<sup>7</sup>.

Esse aspecto é investigado por diversos pesquisadores da área. O estudo de Verba, Nie e Kim (1987) foi um dos primeiros a lidar com a questão numa abordagem comparada. Analisando dados de sete países - Áustria, Índia, Holanda, Nigéria, EUA, Iugoslávia e Japão – os autores encontram, em todos eles, a mesma tipificação de participação política: “comparecimento eleitoral” (ter votado na eleição anterior à realização da pesquisa); “ativismo de campanha” (envolvimento em diversas atividades durante a campanha eleitoral, visando favorecer um candidato ou um partido específico na disputa); “ativismo comunitário” (ações voltadas a atores e problemas políticos locais); e “contatos personalizados” (contatar atores políticos e governamentais).

Verba, Nie e Kim (1987) não tratam de atividades de protesto. Consideram-nas um tipo específico de participação política, mas não as abordam no estudo por considerarem ser necessária uma obra específica para estudá-las. Essa lacuna não existe nos trabalhos de Norris (2002) e Booth e Seligson (2009). Nestes, o número de indicadores de participação política é ampliado e são construídas as tipificações a partir de pesquisas de opiniões que abarcam cidadãos de um maior número de países.

---

<sup>7</sup> O teste de análise fatorial exploratória é composto por várias técnicas estatísticas, com o propósito de analisar a estrutura de inter-relações (correlações) entre um conjunto de variáveis, definindo dimensões latentes comuns, chamadas de fatores. Nos fatores têm-se informações sobre a carga estatística de cada variável, compreendida entre -1 e 1. O valor estatisticamente significativo da carga estatística depende do tamanho da amostra e dos propósitos científicos do pesquisador, com os patamares mínimos modulares variando de 0,30 a 0,50 (HAIR et al, 2005; KIM; MUELLER, 1978; FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010). Esse teste é mais indicado para variáveis de tipo contínua, o que não é o caso das variáveis utilizadas neste artigo, de tipo binárias e categóricas. Como solução, é aplicada uma “matriz policórica” de correlação, estimando os parâmetros pela técnica de estimação de mínimos quadrados ponderados aos dados, técnica recomendada por Jöreskog e Sörbom (1979). Para a seleção da quantidade de fatores a serem usados na análise, usa-se como critério os valores *eigenvalue* – razão da variância de todas as variáveis inseridas num fator – que são iguais ou maiores que um. Nas quatro primeiras rodadas, três fatores cobriram esse critério e na última, quatro fatores. Uma das medidas de confiabilidade dos dados é a da consistência interna, que remete à ideia de que os itens ou indicadores individuais da escala devem medir o mesmo constructo e, assim, ser altamente inter-relacionados. O *alpha de Cronbach* é comumente utilizado e sua variação é de 0 a 1, sendo o patamar mínimo usualmente aceitável de 0,60 em pesquisa exploratória (HAIR et al., 2005). Nessa pesquisa usou-se o *alpha de Cronbach* padronizado e os coeficientes desse teste, para as rodadas de 2004, 2006/7, 2008, 2010 e 2012 são, respectivamente, 0,689, 0,674, 0,678, 0,689; e 0,699. Por fim, cabe destacar que foi aplicado ao conjunto de dados de cada rodada o peso *weight1500*, que visa uniformizar em 1500 o número de casos em cada país.

Norris (2002) faz uso de um conjunto de pesquisas de opinião realizadas em mais de cinquenta países em meados da década de 1990 e encontra, a partir desses dados, três dimensões de participação política: “ativismo cívico” (associação a diversas organizações, como as religiosas, esportivas e partidos políticos); “ativismo de protesto” (engajamento em atividades não convencionais ou contestatória, como protestos, assinatura de petições, ocupações de prédios e fábricas, etc.); e “comparecimento eleitoral”. O resultado que a autora considera mais relevante é a existência de uma dimensão própria para as variáveis sobre participação não convencional ou contestatória, indicando haver um sentido específico na manifestação política através desses canais em relação aos demais. Variáveis sobre contato com atores políticos e governamentais não são incluídas nessa análise.

Em Booth e Seligson (2009), são utilizados os dados do “Barômetro das Américas” de 2004. Dentre as variáveis indicadoras de participação política utilizadas, os autores sugerem a existência de quatro modalidades específicas: “registro de voto e votação”; “ativismo de campanha e partidário”; “contato com políticos e autoridades”; e “ativismo comunitário”. De modo complementar ao teste de análise fatorial, os autores criam arbitrariamente (pois não submetem as variáveis a qualquer teste de associação) mais dois tipos de participação política: “protestos” (manifestações) e “ativismo civil” (assistir a reuniões escolares, de grupos religiosos, de grupos para melhorias da comunidade e de grupos comerciais e profissionais).

A quantidade de variáveis incluídas nessas análises varia entre os três estudos, mas, de uma forma geral, pode-se entender que os indicadores de (1) ativismo de campanha, de (2) contato com atores políticos e governamentais, de (3) protestos, de (4) ativismo comunitário e de (5) comparecimento eleitoral são os mais recorrentes. Como as treze variáveis indicadoras de participação política selecionadas no artigo abarcam a quase totalidade das variáveis inscritas nessas cinco dimensões, esperamos encontrar a mesma tipificação nos resultados dos testes aplicados em sequência.

Na tabela 1 encontram-se maiores cargas estatísticas das variáveis de participação política e a sua alocação nos fatores e, no quadro 2, há a indicação das modalidades e dos seus respectivos indicadores. Num primeiro momento, é possível distinguir três modalidades: “contato com atores políticos e governamentais”, “ativismo comunitário” e “ativismo eleitoral”.

A primeira modalidade é composta por variáveis que indicam pedido de ajuda ou cooperação a vereadores, autoridades locais, órgãos públicos e deputados. As

maiores cargas estatísticas dessas variáveis sempre se posicionam num mesmo fator, em todas as cinco rodadas de pesquisas. É uma medida que expressa contato direto entre representante (s) e representado (s), sem a presença de manifestações ou atividades relacionadas, que visam exercer pressão pública. Com base na redação das variáveis no questionário, não se pode vislumbrar se o contato ocorre de forma individual ou coletiva e tampouco a natureza – se envolvem demandas legais ou criminosas - das questões tratadas.

O ativismo comunitário denota atuação em questões políticas de abrangência exclusivamente local. Busca-se influenciar políticas e atores que cuidam de problemas da comunidade em que se vive. Fazem parte desse grupo as variáveis que expressam ações em prol de melhorias na comunidade, participação em reuniões de associação de bairro e em audiências na Câmara dos Vereadores e Prefeitura Municipal.

Já o ativismo eleitoral (e não ativismo de campanha, como comumente tratado na literatura) abarca atividades que se caracterizam pela tentativa de influenciar resultados eleitorais. Ademais, a atuação está circunscrita a instituições e eventos oficiais, como os partidos políticos e as eleições. Assim, estão inseridos nesse grupo de atividades os cidadãos que assistem a reuniões partidárias, que trabalham para um partido ou candidato específico numa campanha eleitoral e que tentam convencer as outras pessoas sobre a escolha do voto.

Uma análise mais detida dos dados, porém, revela a existência de mais duas modalidades de participação política: “comparecimento eleitoral” e “ativismo de protesto”. O maior coeficiente da variável indicadora de voto entre os fatores em cada rodada apresenta baixo a moderado patamar, sem ultrapassar jamais o valor de 0,450. Esse valor é destoante das demais variáveis constituidoras de todas as modalidades e isso pode significar a baixa inter-relação com o ativismo eleitoral (a variável está inscrita nesse fator em quatro das cinco rodadas). Essa constatação, adicionada a resultados encontrados por Verba, Nie e Kim (1987), Norris (2002) e Booth e Seligson (2009), evidencia que o voto deve ser tratado como modalidade específica de participação política.

A variável indicadora de participação em protestos também é destoante das variáveis constituidoras das demais modalidades. Seu coeficiente apresenta de baixo a moderado patamar no fator de ativismo eleitoral (apresenta sua maior carga estatística nesse fator em três das cinco rodadas), sendo que um valor expressivo (acima de 0,7) é observado apenas na última rodada. Nesta, juntamente com a variável que indica

assinatura de petição e abaixo assinado - incluída somente no questionário da pesquisa de 2012 - há a clara conformação de um fator específico, intitulado “ativismo de protesto”.

Tabela 1- Análise fatorial exploratória com variáveis indicadoras de participação política

	2004			2006-7			2008			2010			2012			
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	4
Contato com deputado estadual ou federal	.669			.710			.682			.691			.694			
Contato com atores governamentais	.723			.693			.701			.694			.701			
Contato com atores políticos locais	.705			.758			.761			.765			.747			
Contato com vereador/ atores govern. locais	.608			.538			.648			.671			.642			
Ação em prol da comunidade			.763		.756			.720			.749			.758		
Assistir a reunião de associação de bairro			.810		.766			.776			.787			.798		
Assistir audiência na Câmara / Prefeitura			.512		.543			.555			.549			.443		
Trabalho em campanha eleitoral		.719			.726			.752			.745			.727		
Assistir a reunião de partidos políticos		.670			.623			.618			.623			.507		
Convencer os outros sobre a escolha do voto		.660			.717			.714			.714			.727		
Votar		.258			.411			.264			.293			.431		
Participar de protestos e manifestações		.459			.465			.416			.377			.777		
Assinar e abaixo-assinados.																.746



## Quadro 2- Tipos ou modalidades de participação política e seus indicadores

- (1) *Contato com atores políticos e governamentais*: contato com deputado estadual e federal, com ator político local, com ator governamental e com vereador e atores governamentais locais.
- (2) *Ativismo comunitário*: assistir a reuniões de associação de bairro, agir em prol de melhorias na comunidade e assistir a audiência em Câmara de Vereadores e Prefeitura.
- (3) *Ativismo eleitoral*: trabalho em campanha eleitoral, assistir a reuniões de partido político, tentar convencer os outros sobre a escolha do voto.
- (4) *Comparecimento eleitoral*: ter votado na eleição anterior.
- (5) *Ativismo de protesto*: participação em manifestações e protestos e assinatura de abaixo assinado e petição.

Esses resultados fortalecem ainda mais os achados de outros estudos - como os de Verba, Nie e Kim (1978), Norris (2002), Booth e Seligson (2009) e Teorell, Torcal e Montero (2007) - que asseveram a natureza multidimensional da participação política. Diante de tantas evidências sobre as diferentes modalidades ou tipos de participação política, torna-se inadequado concebê-la como um fenômeno uno, restrito ao ambiente governamental e eleitoral, como entende Milbrath (1965).

Ademais, as diferentes características de cada uma das modalidades de participação – especialmente no que tange ao ambiente de sua manifestação, ao alvo político que miram e à quantidade de tempo despendido para sua realização – induzem aos estudiosos dos determinantes do engajamento participativo a considerarem a hipótese de que cada uma das modalidades atraem perfis sociais distintos para a ação política.

### **3- Corrupção e comportamento político**

#### *3.1- Corrupção: concepções e medidas*

A corrupção ocupa há tempos boa parte das atenções de cientistas de diversas áreas. Talvez a explicação para tamanho interesse resida na sua ubiquidade em sociedades complexas. Conforme ressalta Lipset e Lenz (2002), a corrupção mostra-se presente ininterruptamente desde a antiguidade até a atualidade. Sua manifestação não é restrita a determinados contextos institucionais e culturais. Formas de governo ditatoriais e democráticas; economias feudais, capitalistas e socialistas; culturas e

instituições religiosas cristãs, muçulmanas, hindus e budistas, todas elas conheceram a corrupção, muito embora em diferentes intensidades, apontam os autores.

Talvez por conta de sua ubiquidade, a história conceitual da corrupção é incerta. Enquanto a origem etimológica da palavra é clara - provém do latim *corrumpere* (em português, corromper) - seu uso ao longo da história não o é, afirma Euben (1989). Segundo o autor, o termo foi utilizado em dois contextos distintos: para fazer referência a uma atividade humana específica - como, por exemplo, o suborno - ou num sentido mais geral de destruição, devastação ou adulteração de um material orgânico. Certamente, o vocábulo apresenta conotação negativa e tem sido assimilado a noções de decadência, desintegração, degeneração e envelhecimento.

Atendo-se à concepção de corrupção no pensamento político, Filgueiras (2008a) concede um tratamento histórico ao conceito, analisando as reflexões a respeito em Aristóteles e ao longo do período romano, do período moderno e na contemporaneidade. A ideia central do autor é que o entendimento sobre a corrupção está associado à moralidade predominante em cada período histórico e que esse entendimento se torna mais evidente em crises políticas, o que afeta a legitimidade dos regimes políticos.

Por conta dessas questões, Filgueiras (2008b) considera um equívoco escrever sobre uma teoria política da corrupção, já que não há, na tradição do pensamento político ocidental, consenso a respeito de seu significado. Por isso, de acordo com o autor, não se pode falar em uma teoria política sobre o fenômeno, mas de diferentes abordagens a respeito.

Sobre as abordagens, a visão de Heidenheimer, Johnston e Levine (1989) indica, em período recente, a existência de três tipos principais. Um grupo de cientistas, o mais numeroso, a compreende como estritamente relacionada à atuação de agentes públicos (*public-office-centered definitions*). Outro grupo formula definições sobre a corrupção a partir de teorias econômicas, ressaltando a natureza econômica do fenômeno (*market-centered definitions*) e uma terceira corrente teórica entende a corrupção como um fenômeno contrário à ideia de interesse público (*public-interest-centered definitions*).

Nye (1967) e Manzetti e Wilson (2009) podem ser considerados representantes do primeiro grupo de cientistas citado acima. Para a dupla de autores, a corrupção é uma transação ilegal, em que funcionários públicos e atores privados trocam bens para o próprio enriquecimento, à custa da sociedade em geral. Já Nye (1967) define a corrupção como um comportamento desviante dos deveres formais da função pública

com fins de ganhos monetários ou de status privado (para benefício pessoal, familiar ou de grupo próximo). Isso inclui comportamentos como suborno, nepotismo e apropriação de recursos públicos para benefícios privados.

Em ambos os estudos, têm-se a consideração de que o foco dos atos corruptos recai no Estado e de que as transações corruptas ocorrem entre os funcionários dos governos e os atores privados. Além disso, tanto Manzetti e Wilson (2009) quanto Nye (1967) apresentam um tratamento legalista da questão, tratando a corrupção essencialmente como um ato criminoso. A limitação desse tipo de definição, de acordo com Bailey (2009), é que os deveres formais e legais variam entre países e também ao longo do tempo, sendo difícil generalizar a respeito a partir dessa perspectiva.

O tratamento da corrupção no campo da economia passou a ser mais comum a partir da década de 1990, impulsionado por estudos de autores vinculados à corrente teórica da *public choice* (FILGUEIRAS, 2004). A corrupção é analisada mais como um resultado de um anterior cálculo estratégico entre os atores envolvidos e menos como um ato criminoso. A ideia predominante é a levantada por Rose Ackerman (1999): a corrupção na política ocorre na interface dos setores público e privado e depende dos recursos disponíveis - políticos ou materiais - para as autoridades agirem discricionariamente. A partir da observação da distribuição de benefícios e de custos para a dimensão do privado, criam-se de incentivos para o uso de pagamentos de propina e de suborno. É comum aos agentes públicos o comportamento de *rent-seeking*, isto é, a maximização do bem estar econômico, seja seguindo as regras do sistema, seja não as seguindo, a depender do contexto.

A leitura de Filgueiras (2004) é de que a abordagem econômica compreende a política como o espaço dos vícios, onde impera a corrupção, vista como fenômeno corriqueiro. O autor considera também que o discurso econômico colonizou o discurso político nas democracias contemporâneas e promoveu uma naturalização do conceito de corrupção. Logo, o fenômeno é encarado como natural à política, o que denuncia a ineficiência estatal para produzir bens públicos.

Filgueiras (2008) pode ser classificado como um dos representantes das *public-interest-centered definitions*, destacadas por Heidenheimer, Johnston e Levine (1989). Na sua concepção, o conceito de interesse público tem um caráter mercantil, definido pela abordagem econômica da corrupção, mas vai além disso, possuindo também uma natureza moral, assentado em valores e normas da política. Assim, está circunscrito a problemas práticos, definidos em contextos históricos, fazendo com que seu sentido

dependa de um caráter hermenêutico dos valores e normas que organizam as instituições políticas.

Ao definir a corrupção como a elevação dos interesses privados ao interesse público, Filgueiras (2008) indica que ela só pode ser compreendida por uma crítica moral da política e de suas instituições. A partir dessa concepção, o autor distingue o bom e o mau governo, sendo o último aquele marcado pela desordem e decadência, derivadas da presença rotineira da corrupção.

Outros autores defendem ideia parecida, como Seña (1989), Calera (1989) e Valdés (1995). Em todos, há a consideração de que a corrupção é um ato infracional, mas que é preciso também levar em conta o sistema normativo predominante em cada sociedade em específico para se compreender melhor o fenômeno. Ou seja, a concepção sobre corrupção não pode estar descolada da moral, dos costumes e dos valores.

Com base no exposto acima, pode-se considerar, de uma forma geral, que a corrupção é concebida sob três óticas distintas: (1) como ato infracional, que vai em oposição ou que transcende as leis e normas oficiais; (2) como um comportamento calculado, que beneficia o corruptor dada as oportunidades específicas do contexto em que a ação se insere e (3) também como intimamente ligada ao sistema normativo vigente em cada sociedade.

Os indicadores de corrupção que utilizamos seguem, em parte, essas três visões predominantes sobre o fenômeno. Buscamos verificar a proximidade do cidadão com o fenômeno, o que se dá a partir de sua (1) experiência com situações de pedido de propina/ suborno (experiência com corrupção), (2) tolerância à propina (tolerância à corrupção) e (3) percepção de corrupção entre os funcionários públicos (percepção de corrupção). Logo, temos uma medida de *convivência* com atos corruptos, uma de *valor* relacionado a um ato específico de corrupção e uma de *percepção geral* de incidência de corrupção dentre um grupo específico, respectivamente. Não são utilizadas medidas de nível macro sobre a corrupção. Detalhes das variáveis indicadoras são encontrados no apêndice A.

Acreditamos que essas três medidas concedem uma proximidade ao fenômeno sob diversas dimensões e que, por conta disso, os dados de suas associações com as modalidades de participação política podem indicar importantes distinções na direção

do comportamento. Assim, podemos conceber os efeitos da corrupção na participação política com a maior riqueza possível<sup>8</sup>.

Os dados do “Barômetro das Américas” possuem algumas limitações técnicas para as medidas. A mais importante delas pertence à experiência com corrupção. Notamos, nos dados de 2012, a inexistência de aplicação das perguntas sobre pedido de propina na prefeitura (variável “exc11”), no local de trabalho (“exc13”), com juiz (“exc14”), nos serviços médicos públicos (“exc15”) e na escola em que o (a) filho (a) estuda (“exc16”), para os cidadãos do Canadá. Ademais, na mesma rodada, não é aplicada a pergunta filtro para cada uma das variáveis listadas acima, em uma quantidade considerável de países. Por exemplo, antes de ser perguntado se o entrevistado teve que pagar propina para que tivesse seu pedido na prefeitura realizado, ele é questionado se encaminhou algum pedido à prefeitura ao longo do último ano. A aplicação dessas perguntas filtro não se dá de modo uniforme com os cidadãos de todos os países em que a pesquisa é realizada. Em alguns casos, elas sequer foram incluídas nos questionários.

Para os demais anos, os problemas persistem e são ampliados: apesar da existência das perguntas filtro nos questionários, elas não estão inseridas no banco de dados. Assim, há percentuais altos de não respostas (*missing values*) nas categorias de resposta das variáveis indicadoras de experiência com situações de pedido de propina em todas as cinco rodadas<sup>9</sup>.

Por conta dessas limitações, são utilizadas apenas duas variáveis indicadoras de experiência com atos corruptos: a vivência com a situação de requerimento de propina/suborno por parte de algum (a) policial e funcionário (a) público (a). Nenhuma das limitações expostas acima se encontra presente nessas duas variáveis.

No caso da variável indicadora de tolerância e de percepção de corrupção, também há limitações, embora elas sejam de menor magnitude. Em ambas, ocorre ausência de aplicação da pergunta em determinados países, em algumas rodadas. Para a tolerância, na rodada de 2004, a variável indicadora está presente apenas no México e

---

<sup>8</sup> Essas medidas também gozam de limitações, mas esse ponto não será abordado no trabalho, já que foge do objetivo proposto. Algumas das mais importantes críticas a respeito dessas e de outras medidas de corrupção podem ser encontradas em Abramo (2004; 2005a; 2005b), Seligson (2002; 2006), Zéphyr (2008) e Bonifácio (2014).

<sup>9</sup> Como exemplificação, na rodada de 2012 tem-se um total de 39000 casos (usando o peso “*weight1500*” que aloca 1500 casos para cada país), sendo que os percentuais de valores ausentes para a pergunta filtro e para a variável que questiona sobre o pagamento de propina para cada uma das situações seguintes são, respectivamente: prefeitura (exc11): 36,8% e 22%; local de trabalho (exc13): 36,7% e 48,1%; juiz (exc14): 36,7% e 36,7%; serviços médicos (exc15): 36,8% e 46,9%; escola (exc16): 36,7% e 39%.

no Equador; em 2006-7, não é aplicada na Bolívia, no Canadá, na Colômbia e nos EUA; na rodada de 2008, está ausente das pesquisas realizadas nos EUA e Canadá e o problema persiste no Canadá na rodada de 2012. Já no caso da percepção de corrupção, a pergunta não é aplicada no Paraguai, na rodada de 2006-7.

Conhecidas as principais limitações das medidas no banco de dados utilizado e os critérios para a sua utilização, faz-se necessária a aproximação empírica aos três indicadores de corrupção, a fim de verificar a frequência de sua ocorrência e observar a flutuação dos percentuais ao longo da série histórica selecionada.

Na tabela 2, notamos que os percentuais do agregado de experiência com situações de pedido de propina/ suborno entre funcionários públicos e policiais são muito próximos ao longo das cinco rodadas do “Barômetro das Américas”: cerca de 11%. A estabilidade nos percentuais também está presente no caso da percepção de corrupção. Em todas as rodadas, cerca de 80% dos cidadãos pensam ser algo comum ou muito comum a corrupção entre os funcionários públicos. Já os percentuais de tolerância à propina estão distribuídos de maneira um pouco distinta. Percebemos uma diminuição gradativa ao longo do período analisado. Apesar da ausência de dados para a rodada de 2004, identificamos uma queda de aproximadamente 4% da rodada de 2006-7 para a rodada de 2008 e de 6% desta rodada para a de 2010. Os percentuais de tolerantes das duas últimas rodadas analisadas, por sua vez, são muito próximos, em torno de 15%.

Esses resultados nos fazem considerar que os americanos e os caribenhos apresentam visão fortemente negativa da probidade das ações dos funcionários públicos, uma vez que 8 em cada 10 percebem incidência de comportamento corrupto entre esse grupo de trabalhadores. Ademais, parece haver um forte valor – e cada vez mais forte ao longo dos anos – contra a aceitação de pagamento de propina/ suborno para que as coisas aconteçam ou funcionem. O cenário sobre a experiência com corrupção, por sua vez, é bem distinto. Apenas 1 em cada 10, aproximadamente, relatam terem vivenciado situações de pedido de propina com funcionários públicos e policiais.

As diferenças de percentuais fazem sentido, uma vez que as duas primeiras medidas têm caráter subjetivo e a última é mais objetiva, a indicação de um fato já ocorrido. Devido à diferença da natureza das variáveis e da magnitude percentual, acreditamos que seus efeitos no engajamento participativo possam ser distintos.

Tabela 2- Percentuais dos indicadores de corrupção

	2004	2006-7	2008	2010	2012
<b>Experiência</b>	11,9%	11,8%	11,1%	11,2%	11,4%
<b>Tolerância</b>	-	24,6%	21%	15,6%	15,7%
<b>Percepção</b>	77,0%	80,0%	80,0%	80,0%	78,7%

### 3.2- O papel da corrupção no comportamento político

É possível conceber pelo menos três mecanismos pelos quais a corrupção pode influenciar a participação política. Um deles vai em direção ao desengajamento. Ao tomar contato com atos corruptos, ao perceber muita corrupção e/ou ao possuir forte valor contrário à corrupção, o indivíduo se desencanta ou se decepciona com a política, recaindo na passividade. A corrupção, portanto, deturparia o espírito público dos cidadãos, afastando-os da política.

Outro mecanismo possível de se considerar é o engajamento em atividades participativas por conta da proximidade com a corrupção. Ao ser afetado pela corrupção - considerando pelo menos uma das três situações descritas acima – o indivíduo tentaria, via ativismo político, modificar a situação vigente, buscando fomentar na sociedade atitudes e comportamentos compatíveis com a probidade e avessos a transgressão. Por fim, podemos considerar que a proximidade com a corrupção possibilita um consentimento e até a imersão do indivíduo em práticas corruptas. Assim, o ativismo político seria um dos meios possíveis para que o indivíduo se beneficie dos ganhos materiais advindos da corrupção.

As visões contraditórias acerca do papel da corrupção na esfera política também estão presentes na literatura especializada. Há cerca de pelo menos sete décadas, cientistas sustentam tanto os seus possíveis efeitos negativos quanto os positivos.

Quando a questão debatida são as consequências da corrupção para o sistema político, Seligson (2002) identifica entre os cientistas classificados por ele como “funcionalistas”<sup>10</sup> a visão de que a corrupção teria um papel positivo para países com regimes políticos autoritários, uma vez que serviria como um instrumento que desata os

<sup>10</sup> Além de Huntington (1975), os seguintes autores também se encaixam nessa perspectiva teórica: Merton (1957), Key (1949), Waterbury (1973) e Leys (1989).

nós da burocracia estatal. Ela seria uma espécie de lubrificante que faz funcionar as máquinas. Huntington (1968), por exemplo, sugere que a corrupção pode ser um meio de superar as normas tradicionais e os regulamentos burocráticos que emperram o desenvolvimento econômico. Além disso, ela possibilitaria um laço mais consistente entre parte dos cidadãos e os governos. Contribuiria, portanto, com a estabilidade do sistema político.

Porém, após o contínuo processo de democratização dos países, especialmente após a “terceira onda de democratização” (HUNTINGTON, 1994), as considerações a respeito do papel da corrupção no sistema e no comportamento político começam a mudar de conotação. Passa a ser comum considerá-la um fenômeno cujas consequências são negativas para a estabilidade e para a qualidade do sistema político. Autores como Doig e McIvor (1999) e Doig e Theobald (2000), por exemplo, sugerem que a alta taxa de percepção de corrupção relaciona-se ao baixo nível de confiança institucional, situação que favorece a possibilidade de danos à estabilidade do sistema político. Seligson (2002), por sua vez, identifica entre os vitimados por corrupção<sup>11</sup> os mais baixos níveis de apoio ao regime político democrático, assim como os mais baixos níveis de confiança interpessoal, tendo como comparação os cidadãos não vitimados. Já Della Porta (2000) traz evidências empíricas que relacionam corrupção à percepção de desempenho deficitário de governos.

Tendo como foco o comportamento político, entendemos que estudos relativamente recentes são quase consensuais ao indicarem os efeitos nocivos da corrupção para atitudes e comportamentos entendidos como cívicos.

Na perspectiva de Warren (2012), a existência de práticas, ações, trocas e/ou instituições corruptas em larga escala significa a corrosão do caráter democrático dos regimes políticos. A corrupção mina os processos de natureza inclusiva da política, como a relação entre representantes e representados: ela compromete o poder de voto e de fala dos cidadãos que almejam influenciar as decisões coletivas, removendo o poder e os recursos da arena pública para as relações parciais, particulares e privadas. Como consequência, tem-se o enfraquecimento da legitimidade democrática devido à exclusão dos cidadãos das decisões que os afetam. Não se trata apenas de uma discordância normativa, mas a corrupção também desintegra normas públicas de inclusão, que definem um regime como democrático, atesta o autor.

---

<sup>11</sup> Neste trabalho, preferimos usar o termo “experiência com corrupção” ao termo “vitimização por corrupção”.



Ademais, a corrupção afeta a cultura democrática, destaca Warren (2012). Se a corrupção se alastra, os cidadãos perdem paulatinamente a confiança no processo de tomada de decisões públicas - enxergando-o como não publicamente disponível e justificável - e, como consequência, é provável que eles se tornem cada vez mais cínicos a respeito do discurso público e da deliberação. Na situação de desconfiança com as instituições públicas, os cidadãos alteram suas preferências, tornando-se menos dispostos a agirem visando bens e propósitos públicos e passam a se dedicar mais a questões de auto interesse. Nesse sentido, o autor entende que a corrupção possibilita a diminuição do horizonte das ações coletivas, encolhendo o domínio da democracia nesse campo.

Em relação ao papel da corrupção na ação política individual, as ideias de Warren (2012) são parecidas com as de Hirschman (1983). Este autor busca em aspectos sociopsicológicos a explicação para o envolvimento cíclico do indivíduo em atividades relacionadas às esferas pública (indivíduo visto como “cidadão”) e privada (indivíduo visto como “consumidor”). A principal explicação para o engajamento em atividades de quaisquer esferas é a decepção, que recai na intensa e frequente disparidade entre o que é esperado e o que é vivido. A decepção, para o autor, causaria o desengajamento em atividades de uma esfera e possibilita o posterior engajamento em atividades de outra esfera.

Segundo Hirschman, a corrupção é importante para entender o desengajamento do “cidadão” em atividades da esfera pública, atividades que são relacionadas ao ativismo político, em seus mais variados tipos. A aceitação e a imersão em atos corruptos pode ser entendida como uma reação a uma mudança de preferência: a perda de satisfação através da ação de interesse público passa a ser compensada por ganhos materiais advindos da corrupção. A persistente imersão em atos corruptos levam os indivíduos a pensarem que as atividades públicas são, por natureza, atividades vis. Assim, o que inicialmente era uma reação de descontentamento com a esfera pública torna-se um determinante de descontentamento adicional e profundo que, por sua vez, prepara o terreno para mais corrupção. Ao final do processo, o espírito público é completamente eliminado.

O autor faz a ressalva de que essa situação é mais comum em ambientes ideológicos onde as esferas pública e privada são consideradas como estritamente separadas e mesmo opostas. De forma geral, esse ambiente se restringe a certas sociedades ocidentais que passaram por um período caracterizado pela quase total

exclusão das atividades econômicas do controle do Estado. Nessas condições, a corrupção pode proporcionar ao “cidadão” uma rápida transição de volta a seu papel de “consumidor”.

O estudo de Hirschman (1983) talvez seja o único que relacione – mesmo que de modo estritamente teórico – a corrupção com a participação política. Não encontramos na literatura especializada trabalhos que têm como horizonte essa temática. Identificamos, porém, investigações que associam a experiência e a percepção de corrupção com atitudes políticas. Os resultados dessas investigações nos ajudam a hipotetizar as relações e a desenvolver a análise empírica deste trabalho.

Um dos exemplos são os dois trabalhos de Seligson (2001; 2002), cujos objetivos são semelhantes: analisar se a experiência com corrupção tem associação com o apoio difuso ao regime político democrático. Segundo o autor, há dois principais motivos para estudar tal relação. O primeiro é a alta incidência de corrupção na América Latina. Diversos países apresentam as mais altas taxas no índice de percepção de corrupção da Transparência Internacional e dados do *International Crime Victim Survey* indicam que um cidadão latino-americano tem cerca de quinze vezes mais chances de ter experiência com corrupção que um cidadão da Europa Ocidental. O segundo recai no extenso histórico de instabilidade política na região.

No primeiro trabalho de Seligson, a investigação se restringe à Nicarágua e são utilizados os dados de duas pesquisas de opinião<sup>12</sup>, de 1996 e 1998, a última realizada após uma campanha nacional a favor de uma administração pública mais eficiente<sup>13</sup>. O autor interpreta, a partir dos resultados do cruzamento de dados entre as variáveis indicadoras de legitimidade e o índice de experiência com corrupção, que os cidadãos com maiores níveis de experiência com corrupção apresentam menores níveis de apoio ao regime democrático, em todos os casos. Esse tipo de associação permanece num teste de regressão linear, onde também constam variáveis sobre condições socioeconômicas, usadas como “controle”<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> As pesquisas de opinião têm amostras representativas da população da Nicarágua. Em ambas são entrevistados 2400 eleitores e os questionários são idênticos.

<sup>13</sup> A campanha era intitulada “Cidadãos por um governo eficiente”, aconteceu entre os anos de 1997 e 1998 e foi promovida pela organização não governamental “Grupo Fundemos”. Foram desenvolvidas diversas atividades pelo país com o objetivo de conscientizar a população dos benefícios de um sistema integrado de gestão financeira e auditoria (SIGFA) para o governo. Os principais focos da campanha foram a importância na transparência nos dados do governo e na necessidade de um comportamento probo e honesto dos servidores públicos (SELIGSON, 2011, p. 226-227).

<sup>14</sup> Seligson (2001, p. 238-240) afirma que usa um índice de apoio ao regime democrático como variável dependente, constituído por cinco variáveis indicadoras. Entretanto, assim como no caso das relações bivariadas, ele não cita todas elas, apenas três. Os sinais de associação das variáveis independentes com a

No trabalho de 2002, Seligson amplia os casos analisados – são quatro países incluídos na investigação: El Salvador, Nicarágua, Bolívia e Paraguai – e utiliza outra fonte de dados, o “Barômetro das Américas”, rodada de 2004. Os resultados da regressão linear realizada apontam que quanto maior a experiência com corrupção, mais baixa é a legitimidade democrática, entre os cidadãos de todos os países analisados.

O trabalho também lança foco na confiança interpessoal, entendida - especialmente para Putnam (1993) e Inglehart (1990) - como facilitadora de formação de profundas e duráveis associações civis. Para Seligson (2002), essas associações são vitais para a constituição de confiança no sistema político como um todo e, por isso, arrola a confiança interpessoal como um indicador de legitimidade democrática. A associação encontrada entre experiência com corrupção e confiança interpessoal – válida para os cidadãos de todos os países pesquisados - é negativa, assim como foi no caso do índice de legitimidade democrática.

Os trabalhos realizados por Seligson (2001; 2002) demonstram que a relação entre experiência com corrupção e a legitimidade do regime democrático, de um lado, e a confiança interpessoal, de outro, é bastante clara. Quanto maior a vivência com situações de pedido de propina, mais negativa é a visão dos cidadãos a respeito das instituições e dos processos democráticos e também menores são os níveis de confiança. Ou seja, a experiência com corrupção contribui para a baixa afeição ao regime político democrático e para a menor predisposição ao associativismo.

Em Zéphyr (2008) e Salinas e Booth (2011), o foco continua sendo o papel da experiência com corrupção na conformação da legitimidade democrática, mas as análises têm maior alcance, por incluir cidadãos de maior quantidade de países. Em ambos os estudos, utilizam-se pesquisas de opinião aplicadas em cidadãos da maior parte dos países incluídos na amostra do “Barômetro das Américas”, sendo que Zéphyr se atém à rodada de 2006-7 e Salinas e Booth, à de 2008.

Zéphyr (2008) constrói um índice de legitimidade democrática parecido com o de Seligson (2001; 2002) e também utiliza como indicador a concordância com a ideia de que “a democracia tem problemas, mas é a melhor forma de governo”. O autor observa no cruzamento de dados entre o índice de legitimidade e o de experiência com corrupção uma associação negativa: maiores níveis de experiência com corrupção estão

---

dependente que o autor informa na tabela 1 são dúbios e os resultados não são interpretados pormenorizadamente. Pode-se supor, por exemplo, que os que possuem mais experiência com corrupção apresentam maiores taxas de apoio à democracia, devido ao sinal positivo de associação, mas o autor considera haver uma associação oposta.

ligados a menores níveis de legitimidade democrática. O sentido dessa associação é semelhante ao se aplicar um teste de regressão linear. Ao aplicar o mesmo teste, tendo como variável resposta a aceitação da ideia de que a democracia é a melhor forma de governo, Zéphyr observa nos resultados o mesmo tipo de relação: maiores níveis de experiência com corrupção contribuem para menores níveis de aceitação da ideia de que a democracia é a melhor forma de governo.

Em Salinas e Booth (2011), usa-se uma gama de variáveis relacionadas a condições socioeconômicas, percepção, avaliação, associativismo e confiança – dentre elas, duas indicadoras de corrupção, (1) experiência com situações de pedido de propina e (2) percepção, entre os entrevistados, de comportamento corrupto entre os servidores públicos – para explicar determinadas atitudes democráticas, a saber, (1) a preferência pela democracia ante os demais regimes, (2) o apoio ao direito de participação política e (3) a tolerância a formas contestatórias de participação.

Os autores identificam relações distintas entre as duas variáveis indicadoras de corrupção com todas as três variáveis a serem explicadas: experiência com corrupção apresenta, em todos os casos, associação negativa com as atitudes democráticas. Por outro lado, a percepção com a corrupção apresenta associação positiva com as atitudes democráticas.

Já em Bohn (2012), tem-se o entendimento de que, diferentemente dos regimes autocráticos, a legitimidade dos regimes democráticos deriva do apoio em massa aos seus principais processos, tais como eleições livres e justas, liberdades e direitos institucionalizados e transparência e *accountability* nas instituições públicas. A presença de corrupção no ambiente democrático mancha as interações entre cidadão e Estado e potencializa a diminuição de confiança e de satisfação dos indivíduos com o regime e suas principais instituições, sugere a autora. A partir dessas considerações, Bohn direciona sua investigação, analisando o papel da percepção<sup>15</sup> e da experiência com corrupção na satisfação dos cidadãos com a democracia realmente existente<sup>16</sup>. São utilizadas as pesquisas de opinião aplicadas em cidadãos da maior parte dos países incluídos na amostra do “Barômetro das Américas” de 2010.

---

<sup>15</sup> A autora utiliza a mesma variável presente no estudo de Salinas e Booth (2011): percepção, entre os entrevistados, de comportamento corrupto entre os servidores públicos.

<sup>16</sup> Apesar de inserir essa variável em considerações sobre legitimidade democrática, a autora reconhece a fragilidade da medida, uma vez que ela pode expressar mais a satisfação com o governo corrente que apoio difuso ao regime político (BOHN, 2012, p. 86). Para discussões mais aprofundadas a respeito, recomenda-se o trabalho de Rose (2002).

As associações entre as duas variáveis indicadoras de corrupção com satisfação com a democracia realmente existente são semelhantes, sendo ambas negativas. Isto é, quanto maiores os níveis de experiência e de percepção de corrupção, menor é a satisfação com a democracia. Entretanto, na relação entre experiência com corrupção e satisfação com democracia, a intensidade da associação alcança baixo patamar e não há significância estatística.

Embora visem explicar diferentes tipos de orientações políticas, todos os estudos tratados apresentam uma mesma constatação: a proximidade com a corrupção - seja por conta da experiência com atos corruptos ou por conta da percepção de sua existência em alto patamar - mina a disposição democrática dos cidadãos. Desse modo, hipotetizamos que ter experiência com situações de pedido de propina/ suborno, ser tolerante à propina<sup>17</sup> e ter alta percepção de corrupção entre funcionários públicos aumenta as chances de não engajamento em atividades participativas.

#### **4- O papel da corrupção na participação política entre americanos e caribenhos: análise dos dados**

Alguns testes estatísticos foram realizados, a fim de verificar empiricamente o efeito dos três indicadores de corrupção no engajamento em atividades participativas dos cidadãos (tabelas 3 a 8). Não utilizamos os dados da rodada de 2004 devido à ausência da variável indicadora de tolerância à corrupção, essencial para a nossa análise. Assim, são analisados os dados de quatro pontos no tempo, os pertinentes às rodadas de 2006-7, 2008, 2010 e 2012.

Nas regressões logísticas binárias, as variáveis resposta ou dependentes seguem os achados advindos da análise fatorial, descritos na tabela 1 e no quadro 2. A única diferença é a segmentação do comparecimento eleitoral, que passa a ser representado por duas variáveis. De um lado, uma relativa aos cidadãos de países onde o voto é compulsório e, de outro lado, uma referente aos cidadãos de países onde o voto é facultativo. Logo, temos seis variáveis resposta: contato com atores políticos e governamentais, ativismo comunitário, ativismo eleitoral, comparecimento eleitoral (voto compulsório e voto facultativo) e ativismo de protesto.

---

<sup>17</sup> Não foram abordados estudos sobre os efeitos da tolerância à propina no comportamento político porque não encontramos na literatura especializada investigações com esse mote. Assim, fazemos hipóteses para essa questão seguindo a tendência encontrada na literatura para os outros dois indicadores de corrupção utilizados.

São utilizadas as variáveis de condições socioeconômicas<sup>18</sup> como variáveis de controle. Utilizamos os efeitos fixos<sup>19</sup> para as variáveis indicadoras de países (não expostas nas tabelas abaixo) e a variável colocada como referência, para cada rodada e modalidade de participação, é a que apresenta os maiores percentuais de frequência no índice correspondente<sup>20</sup>.

Para além das variáveis indicadoras de corrupção, também constam variáveis de interação dessas variáveis entre si e entre cada uma delas e a variável contínua de escolaridade.

Os testes de regressão foram feitos a partir da incorporação progressiva de modelos. Os modelos 1, 2 e 3 abarcam, cada um, apenas uma variável indicadora de corrupção: percepção, tolerância e experiência, respectivamente. Por questão de limitação de espaço, os resultados pertinentes a cada um desses modelos são expostos em apenas uma coluna, para cada rodada. O modelo 4, por sua vez, é composto por todas as variáveis indicadoras de corrupção e o modelo 5 é o mais completo, contendo todas as variáveis do modelo anterior, mais as relativas a condições socioeconômicas e as variáveis de interação. Em todos os cinco modelos, as variáveis sobre países estão presentes.

Observamos que os efeitos da experiência com corrupção são os mais claros dentre os indicadores de corrupção. Os cidadãos que vivenciaram situações de pedido de propina/ suborno por parte de policiais e funcionários públicos apresentam maiores

---

<sup>18</sup> Variáveis indicadoras de condições socioeconômicas e seus respectivos códigos, no “Barômetro das Américas”: sexo (q1), cor (etid), idade (q2), renda familiar (q10 e q10new em 2012), escolaridade (ed), região de moradia (ur), experiência com corrupção (exc2 e exc6) e intolerância com corrupção (exc18). Estamos cientes dos problemas de validade com a medida intervalar (contínua) de escolaridade, que presume retornos uniformes na variável dependente para cada acréscimo de unidade. Porém, a medida contínua favorece a apresentação gráfica proposta no trabalho e os resultados (sentidos) são os mesmos quando utilizada a medida ordinal, mais adequada ao levar em consideração o “efeito diploma”.

<sup>19</sup> Não realizamos a regressão multinível ou hierárquica porque os valores do coeficiente de correlação intraclasse (*intraclass correlation coefficient*; ICC) - uma medida de confiabilidade resultante da razão da variância entre unidades de análise e a variância total - para os modelos que contém apenas países, considerando todos os tipos de participação política, não alcançaram valor igual ou maior a 0,10 (tabela 27). Nessa circunstância, o uso de regressão multinível ou hierárquica pode ser dispensável (LEE, 1999).

<sup>20</sup> As variáveis de referência estão abaixo, considerando cada modalidade de participação e cada rodada: (2006-7): “contato” = Costa Rica, “ativ. comunitário” = Rep. Dominicana, “ativ. eleitoral” = Rep. Dominicana, “Comp. eleitoral (voto compulsório)” = Peru, “Comp. eleitoral (facultativo)” = Guiana e “ativ. de protesto” = Peru; (2008): “contato” = El Salvador, “ativ. comunitário” = Paraguai, “ativ. eleitoral” = Honduras, “Comp. eleitoral (voto compulsório)” = Equador, “Comp. eleitoral (facultativo)” = Venezuela e “ativ. de protesto” = Peru; (2010): “contato” = El Salvador, “ativ. comunitário” = Haiti, “ativ. eleitoral” = Haiti, “Comp. eleitoral (voto compulsório)” = Uruguai, “Comp. eleitoral (facultativo)” = El Salvador e “ativ. de protesto” = Haiti; (2012): “contato” = Jamaica, “ativ. comunitário” = Haiti, “ativ. eleitoral” = Guiana, “Comp. eleitoral (voto compulsório)” = Peru, “Comp. eleitoral (facultativo)” = Belize e “ativ. de protesto” = Haiti. Algumas variáveis são omitidas dos testes, por conta da ausência de dados em algumas rodadas. Para informações detalhadas, contatar os autores via e-mail.

chances de engajamento em atividades participativas, comparados com os cidadãos que afirmam não terem vivenciado tais situações.

A magnitude da associação entre a variável de experiência com corrupção e a variável a ser explicada mostra-se sempre a maior dentre todos os indicadores de corrupção e sempre se verifica também a presença de significância estatística. Ademais, a constância no sentido das associações entre os cinco modelos sugere que os efeitos da experiência com corrupção se mantêm, independentemente de analisarmos sua relação individualmente ou em conjunto com outras variáveis de participação política.

O conjunto de resultados favorece a interpretação de que a hipótese não se confirma. Ou seja, ao contrário do esperado, experiência com corrupção aumenta as chances de engajamento político dos americanos e caribenhos.

Tais resultados são válidos para quase todas as modalidades de participação, exceto as relativas a comparecimento eleitoral. No caso do voto compulsório, há uma direção inversa do sentido de associação, predominando os efeitos negativos para a participação. Já no caso do voto facultativo, a direção da associação é variável, predominando o sentido positivo - exceto para os modelos completos das rodadas de 2006-7 e 2008.

Os resultados acerca dos efeitos da tolerância à corrupção na participação política são parecidos com os descritos acima. Nos casos do contato com atores políticos e governamentais, do ativismo comunitário, do ativismo eleitoral e do ativismo de protesto, observamos que os tolerantes à propina têm mais chances de engajamento nessas atividades participativas que os intolerantes. A principal diferença para os resultados encontrados na relação entre experiência e participação recai na intensidade das associações - sempre com valores modulares menores - e também na significância estatística - nem sempre presente em todos os modelos criados.

Mais uma vez, portanto, a hipótese não se confirma, já que a tolerância à corrupção aumenta as chances de engajamento político dos americanos e caribenhos.

Nos dois casos da modalidade de comparecimento eleitoral - considerando o voto compulsório e o voto facultativo - os efeitos da tolerância são variáveis. No primeiro caso, predomina o sentido negativo de associação no modelo completo para as duas primeiras rodadas e o sentido negativo para todos os modelos das duas últimas rodadas. Já no segundo caso, observamos direção negativa de associação em todos os modelos das rodadas de 2006-7 e 2008 e direção positiva para os modelos mais completos das rodadas de 2010 e 2012.

Sobre os efeitos da percepção de corrupção, observamos nos casos do contato com atores políticos e governamentais, do ativismo eleitoral e do comparecimento eleitoral (voto facultativo), uma predominância da direção negativa de associação. Ou seja, os que possuem muita ou moderada percepção de corrupção entre funcionários públicos têm menos chances de se engajarem nessas modalidades de participação política que os que apresentam nenhuma ou pouca percepção. Já em relação ao ativismo comunitário, ativismo de protesto e comparecimento eleitoral (voto compulsório), a direção das associações é variável, predominando ora o sentido positivo, ora o sentido negativo, considerando todos os modelos e rodadas.

Esse panorama torna difícil a identificação de alguma tendência de associação entre percepção de corrupção e ativismo político nesses casos. Logo, é difícil dar alguma resposta - de corroboração ou de refutação - à hipótese elaborada.

Para além das relações entre as variáveis explicativas com a variável resposta, é necessário analisar os valores de qui-quadrado. Esses valores podem servir como indicadores da capacidade preditiva em modelos estatísticos de regressões logísticas binárias<sup>21</sup>. Apesar de não haver uma medida global que indica a capacidade preditiva da regressão logística binária, tal como se dá na regressão linear com a utilização do R<sup>22</sup>, a comparação de valores de qui quadrado entre os modelos possibilita verificar se a incorporação progressiva de variáveis explicativas é adequada para a análise de dados. Assim, a análise da capacidade preditiva dos modelos não tem natureza global, mas relacional.

Análises sobre os valores de qui-quadrado revelam que o modelo 4, composto pelas três variáveis indicadoras de corrupção, quase sempre tem maior capacidade preditiva que cada um dos três primeiros modelos, que abarca, cada um deles, apenas uma variável indicadora de corrupção<sup>23</sup>. Ademais, os valores de qui-quadrado dos modelos que contém somente experiência com corrupção como variável explicativa são superiores aos valores de qui quadrado dos modelos que abarcam somente cada uma das

---

<sup>21</sup> Para a análise da capacidade preditiva de um modelo, deve (m) ser multiplicada (s) a(s) categoria (s) incorporadas a um modelo mais completo por 3,84, gerando um valor crítico do qui-quadrado. Em seguida, faz-se a subtração do valor do qui-quadrado do modelo mais completo com o valor do qui-quadrado do modelo mais restrito. Se o valor resultante da subtração for superior ao do qui-quadrado crítico, pode-se considerar que o modelo com mais variáveis tem maior capacidade explicativa que o modelo com menos variáveis.

<sup>22</sup> Há intensa discussão sobre a relevância do R para regressões logísticas lineares. Exemplos são os trabalhos de King (1986; 1991a; 1991b), Figueiredo Filho, Silva Júnior e Rocha (2011) e Figueiredo Filho et al (2011).

<sup>23</sup> Exceção para o ativismo comunitário nas rodadas de 2006-7, 2008 e 2010 e para o comparecimento eleitoral com voto compulsório, para a rodada de 2012.



duas demais variáveis indicadoras de corrupção. Isso é válido para quase todas as modalidades, exceto as duas referentes a comparecimento eleitoral. Por fim, observamos que os valores de qui-quadrado dos modelos mais completos sempre superam o valor crítico, quando comparados com os valores relativos aos modelos quatro.

Esses resultados nos possibilita entender que é mais adequado analisar a participação política utilizando os três indicadores de corrupção a nível individual que somente um deles. Porém, uma análise mais pormenorizada indica que, quase sempre, a capacidade preditiva do modelo que contém a variável sobre experiência com corrupção é relativamente maior que os modelos que utilizam apenas uma das duas demais variáveis indicadoras de corrupção. Também podemos considerar que a adição das variáveis sobre condições socioeconômicas e as variáveis de interação às variáveis indicadoras de corrupção é benéfica para um maior entendimento do fenômeno.

Sobre as variáveis de interação, não é possível identificar qualquer tendência de associação com cada uma das modalidades de participação política. O sentido da associação e os valores modulares dos efeitos variam muito. No entanto, é perceptível a pouca presença de significância estatística, independentemente da modalidade de participação, das rodadas de pesquisa ou dos modelos estatísticos construídos. Por conta dessa dificuldade de interpretação dos dados via regressão logística, construímos gráficos que relacionam as interações com um índice de participação política geral e com índices de cada uma das modalidades de participação, além dos níveis de escolaridade<sup>24</sup> (gráficos 1 a 7). O objetivo é identificarmos quais os perfis construídos a partir das interações apresentam mais e menos proximidade com o comportamento participativo.

---

<sup>24</sup> A escolha da escolaridade advém da identificação, a partir dos dados e da literatura especializada, de que essa característica socioeconômica é a que mais discrimina o ativismo e a passividade política, quase sempre indicando que, quanto maior o nível de escolaridade, maiores as chances de engajamento político.

Tabela 3 - Preditores de contato com atores políticos e governamentais

	2006-7			2008			2010			2012		
	1+2+3	4	5	1+2+3	4	5	1+2+3	4	5	1+2+3	4	5
Percepção de corrupção	0.905**	0.888***	0.796**	0.962	0.944	0.979	0.940*	0.923**	1.152	0.873***	0.861***	0.945
Tolerância à corrupção	1.184***	1.147***	1.238*	1.179***	1.118***	1.195	1.295***	1.216***	1.062	1.110***	1.054	1.115
Experiência com corrupção	1.496***	1.475***	1.611***	1.731***	1.705***	1.909***	1.648***	1.599***	2.074***	1.541***	1.537***	1.494***
Sexo masculino			0.970			0.978			1.001			0.944**
Cor branca			0.837***			0.855***			0.992			0.883***
16-24 anos de idade			0.604***			0.528***			0.598***			0.560***
25-34 anos de idade			0.801***			0.767***			0.786***			0.784***
55-64 anos de idade			1.271***			1.100*			1.062			1.046
+ 65 anos de idade			0.936			0.901*			0.926			0.880**
Escolaridade			1.027***			1.035***			1.020***			1.019**
Renda: 4 a 6 frações			0.868***			0.780***			0.813***			0.857***
Renda: 7 ou mais frações			0.774***			0.743***			0.730***			0.759***
Região urbana de moradia			0.738***			0.765***			0.783***			0.749***
Experiência x Percepção			1.207			1.011			0.822			1.126
Experiência x Tolerância			1.265			0.593**			0.915			0.826
Percepção x Tolerância			1.051			0.993			0.810**			0.964
Experiência x Percepção x Tolerância			0.635			1.243			1.132			1.100
Experiência x Escolaridade			0.984			1.002			0.995			1.002
Percepção x Escolaridade			1.009			0.994			0.990			0.989
Tolerância x Escolaridade			0.996			1.006			1.029***			1.006
<b>Constante</b>	(1)0.677*** (2)0.595*** (3)0.593***	0.380***	0.853	(1)0.432*** (2)0.409*** (3)0.400***	0.410***	0.535***	(1)0.547*** (2)0.507*** (3)0.503***	0.518***	0.657***	(1)0.623*** (2)0.544*** (3)0.539***	0.605***	0.786**
<b>Qui quadrado</b>	(1) 487.6 (2) 501.7 (3) 556.1	575.8	850.8	(1) 402.0 (2) 419.9 (3) 544.6	554.8	910.8	(1) 511.5 (2) 559.3 (3) 662.5	695.4	1037	(1) 394.8 (2) 387.7 (3) 487.9	506.1	859.1

\* = p valor menor/igual a 0,10; \*\* = p valor menor ou igual a 0,05; \*\*\* = p valor menor ou igual a 0,01.

Tabela 4 - Preditores de ativismo comunitário

	2006-7			2008			2010			2012		
	1+2+3	4	5	1+2+3	4	5	1+2+3	4	5	1+2+3	4	5
Percepção de corrupção	1.087**	1.073*	1.119	0.971	0.961	1.079	1.005	0.992	1.017	0.925**	0.917***	0.876*
Tolerância à corrupção	1.027	0.982	1.074	1.060*	1.019	1.151	1.133***	1.070**	1.312**	1.007	0.952	1.135
Experiência com corrupção	1.593***	1.593***	1.491**	1.531***	1.529***	1.523***	1.553***	1.536***	1.799***	1.554***	1.571***	1.218
Sexo masculino			1.291***			1.272***			1.225***			1.278***
Cor branca			0.891***			1.001			1.012			1.005
16-24 anos de idade			0.483***			0.481***			0.512***			0.539***
25-34 anos de idade			0.680***			0.709***			0.778***			0.783***
55-64 anos de idade			1.050			1.044			1.072			1.162***
+ 65 anos de idade			0.964			0.793***			0.948			1.027
Escolaridade			1.047***			1.055***			1.034***			1.036***
Renda: 4 a 6 frações			0.995			0.897***			0.910***			1.017
Renda: 7 ou mais frações			1.031			0.866***			0.923*			0.992
Região urbana de moradia			0.639***			0.599***			0.677***			0.616***
Experiência x Percepção			1.198			1.201			0.986			1.444***
Experiência x Tolerância			1.299			0.751			0.893			1.302
Percepção x Tolerância			1.018			0.958			0.932			1.025
Experiência x Percepção x Tolerância			0.610*			1.122			0.889			0.681
Experiência x Escolaridade			0.994			0.989			0.991			0.995
Percepção x Escolaridade			0.992			0.983**			0.996			0.999
Tolerância x Escolaridade			0.998			0.999			0.995			0.987
<b>Constante</b>	(1)1.735*** (2)1.852*** (3)1.761***	1.665***	1.890***	(1)2.529*** (2)2.536*** (3)2.430***	2.508***	2.856***	(1)2.364*** (2)2.284*** (3)2.203***	2.174***	2.180***	(1)3.256*** (2)3.061*** (3)2.822***	3.087***	2.967***
<b>Qui quadrado</b>	(1) 444.7 (2) 440.6 (3) 554.6	558.0	1186	(1) 1062 (2) 1065 (3) 1165	1166	1927	(1) 1236 (2) 1250 (3) 1376	1380	2094	(1) 1333 (2) 1328 (3) 1456	1465	2156

\* = p valor menor/igual a 0,10; \*\* = p valor menor ou igual a 0,05; \*\*\* = p valor menor ou igual a 0,01.

Tabela 5 - Preditores de ativismo eleitoral

	2006-7			2008			2010			2012		
	1 + 2 + 3	4	5	1 + 2 + 3	4	5	1 + 2 + 3	4	5	1 + 2 + 3	4	5
Percepção de corrupção	0.944	0.925**	0.899	0.971	0.956	1.089	0.909***	0.892***	0.904	0.896***	0.884***	0.869*
Tolerância à corrupção	1.162***	1.120***	1.468***	1.174***	1.128***	1.084	1.374***	1.293***	1.447***	1.150***	1.099***	1.403***
Experiência com corrupção	1.575***	1.555***	1.900***	1.557***	1.531***	1.728***	1.674***	1.611***	1.737***	1.494***	1.479***	1.373**
Sexo masculino			1.384***			1.300***			1.244***			1.269***
Cor branca			1.077*			1.026			0.984			0.987
16-24 anos de idade			0.738***			0.713***			0.767***			0.684***
25-34 anos de idade			0.899***			0.883***			0.890***			0.794***
55-64 anos de idade			1.002			0.972			1.106**			0.944
+ 65 anos de idade			0.910			0.814***			0.923			0.837***
Escolaridade			1.043***			1.063***			1.036***			1.033***
Renda: 4 a 6 frações			1.009			0.961			1.035			0.891***
Renda: 7 ou mais frações			1.149***			1.044			1.127***			0.989
Região urbana de moradia			0.898***			0.794***			0.874***			0.850***
Experiência x Percepção			0.935			0.886			0.920			1.231*
Experiência x Tolerância			0.639*			1.148			1.017			0.683*
Percepção x Tolerância			0.867			1.168			0.963			0.774**
Experiência x Percepção x Tolerância			1.581*			0.810			0.935			1.280
Experiência x Escolaridade			0.977**			0.991			0.994			0.989
Percepção x Escolaridade			1.001			0.980**			0.996			1.000
Tolerância x Escolaridade			0.986*			0.991			0.993			1.002
<b>Constante</b>	(1)1.945*** (2)1.790*** (3)1.751***	1.829***	1.314***	(1)2.034*** (2)1.953*** (3)1.898***	1.955***	1.410***	(1)2.261*** (2)1.933*** (3)1.950***	1.961***	1.489***	(1)1.412*** (2)1.219*** (3)1.202***	1.310***	1.119
<b>Qui quadrado</b>	(1) 694.4 (2) 710.8 (3) 800.7	814.4	1133	(1) 950.2 (2) 972.5 (3) 1063	1077	1423	(1) 1239 (2) 1322 (3) 1423	1494	1764	(1) 925.1 (2) 928.9 (3) 1021	1041	1352

\* = p valor menor/igual a 0,10; \*\* = p valor menor ou igual a 0,05; \*\*\* = p valor menor ou igual a 0,01.

Tabela 6 - Preditores de comparecimento eleitoral (voto compulsório)

	2006-7			2008			2010			2012		
	1 + 2 + 3	4	5	1 + 2 + 3	4	5	1 + 2 + 3	4	5	1 + 2 + 3	4	5
Percepção de corrupção	1.083	1.106	0.767	1.003	1.012	0.881	1.080	1.085	0.907	0.952	0.959	0.576***
Tolerância à corrupção	0.761***	0.767***	1.083	0.771***	0.768***	1.058	0.725***	0.741***	0.940	0.848***	0.859**	0.756
Experiência com corrupção	0.843**	0.872*	0.896	0.979	1.025	0.979	0.818***	0.857**	0.723	0.901	0.923	0.422***
Sexo masculino			0.887**			1.031			0.946			0.919*
Cor branca			1.163**			1.196***			0.956			1.045
16-24 anos de idade			0.0924***			0.0988***			0.133***			0.0940***
25-34 anos de idade			0.462***			0.486***			0.472***			0.476***
55-64 anos de idade			1.226*			1.253**			1.562***			1.362***
+ 65 anos de idade			1.148			1.125			1.454***			1.315***
Escolaridade			1.048***			1.073***			1.048***			1.012
Renda: 4 a 6 frações			1.126*			1.087			0.985			1.214***
Renda: 7 ou mais frações			1.130			1.032			1.047			1.195**
Região urbana de moradia			0.792***			0.845***			0.846***			1.012
Experiência x Percepção			0.815			0.853			0.909			1.225
Experiência x Tolerância			0.551			0.695			1.071			1.021
Percepção x Tolerância			1.090			0.950			0.869			1.475*
Experiência x Percepção x Tolerância			1.671			1.472			1.186			0.872
Experiência x Escolaridade			1.025			1.020			1.027			1.065***
Percepção x Escolaridade			1.033*			1.010			1.016			1.042***
Tolerância x Escolaridade			0.984			0.988			0.997			1.000
<b>Constante</b>	(1)10.85*** (2)12.43*** (3)12.12***	11.78***	21.66***	(1)9.971*** (2)10.52*** (3)10.03***	10.38***	14.42***	(1)13.71*** (2)15.03*** (3)14.66***	14.28***	22.29***	(1)10.94*** (2)10.77*** (3)10.72***	11.29***	24.35***
<b>Qui quadrado</b>	(1) 465.9 (2) 486.6 (3) 469.7	492.4	1915	(1) 671.5 (2) 694.2 (3) 671.6	694.4	2454	(1) 1072 (2) 1097 (3) 1080	1104	2540	(1) 1042 (2) 1048 (3) 1044	1051	3007

\* = p valor menor/igual a 0,10; \*\* = p valor menor ou igual a 0,05; \*\*\* = p valor menor ou igual a 0,01.

Tabela 7 - Preditores de comparecimento eleitoral (voto facultativo)

	2006-7			2008			2010			2012		
	1+2+3	4	5	1+2+3	4	5	1+2+3	4	5	1+2+3	4	5
Percepção de corrupção	1.145**	1.150**	1.075	1.261***	1.262***	1.181	1.271***	1.271***	1.242**	1.082	1.090	0.927
Tolerância à corrupção	0.866***	0.854***	0.820	0.955	0.933	0.890	0.932	0.911**	1.093	0.852***	0.846***	1.059
Experiência com corrupção	1.097	1.120	0.905	1.151**	1.154**	0.950	1.095	1.103	1.013	0.995	1.022	1.309
Sexo masculino			1.136***			1.023			1.069*			0.962
Cor branca			1.052			0.866**			0.873**			0.940
16-24 anos de idade			0.246***			0.164***			0.155***			0.235***
25-34 anos de idade			0.649***			0.581***			0.675***			0.657***
55-64 anos de idade			1.138			1.123			1.256***			1.309***
+ 65 anos de idade			1.309**			1.155			1.348***			1.249**
Escolaridade			1.067***			1.067***			1.047***			1.049***
Renda: 4 a 6 frações			1.043			1.008			1.120**			1.253***
Renda: 7 ou mais frações			1.031			0.918			1.272***			1.226***
Região urbana de moradia			0.901*			0.889**			0.909**			0.820***
Experiência x Percepção			1.468			1.169			0.903			0.899
Experiência x Tolerância			1.391			0.839			1.659			0.683
Percepção x Tolerância			1.151			1.088			0.967			0.813
Experiência x Percepção x Tolerância			0.540			0.809			0.711			1.360
Experiência x Escolaridade			0.991			1.013			1.003			0.979
Percepção x Escolaridade			0.989			0.994			0.990			1.017
Tolerância x Escolaridade			1.000			1.012			0.997			1.010
<b>Constante</b>	(1)2.910*** (2)3.521*** (3)3.250***	3.072***	2.832***	(1)3.543*** (2)4.391*** (3)4.320***	3.538***	4.233***	(1)3.338*** (2)3.934*** (3)3.870***	3.352***	4.624***	(1)4.894*** (2)5.322*** (3)5.212***	4.963***	4.806***
<b>Qui quadrado</b>	(1) 458.1 (2) 461.0 (3) 455.7	468.1	1096	(1) 141.0 (2) 124.7 (3) 128.0	146.5	1210	(1) 346.6 (2) 320.8 (3) 321.0	352.2	2116	(1) 553.5 (2) 559.7 (3) 551.4	562.4	1382

\* = p valor menor/igual a 0,10; \*\* = p valor menor ou igual a 0,05; \*\*\* = p valor menor ou igual a 0,01.

Tabela 8- Preditores de ativismo de protesto

	2006-7			2008			2010			2012		
	1 + 2 + 3	4	5	1 + 2 + 3	4	5	1 + 2 + 3	4	5	1 + 2 + 3	4	5
Percepção de corrupção	1.301***	1.268***	1.165	1.238***	1.222**	0.916	1.018	0.991	1.064	1.023	0.991	0.780**
Tolerância à corrupção	1.167***	1.084*	1.227	1.324***	1.234***	1.163	1.411***	1.236***	1.248	1.440***	1.310***	1.299
Experiência com corrupção	1.937***	1.900***	1.585**	1.802***	1.740***	2.488***	2.205***	2.121***	2.582***	1.984***	1.903***	1.576***
Sexo masculino			1.515***			1.354***			1.246***			1.125***
Cor branca			0.984			0.810***			0.845***			0.905**
16-24 anos de idade			0.791***			0.826**			1.010			0.866***
25-34 anos de idade			0.795***			0.780***			0.938			0.886***
55-64 anos de idade			1.153**			1.576***			0.981			1.106
+ 65 anos de idade			0.974			1.081			0.925			0.740***
Escolaridade			1.114***			1.090***			1.079***			1.067***
Renda: 4 a 6 frações			1.050			1.060			0.977			0.903**
Renda: 7 ou mais frações			1.353***			1.245**			1.085			1.112*
Região urbana de moradia			1.060			0.995			0.996			0.841***
Experiência x Percepção			1.465*			0.686			1.161			1.485***
Experiência x Tolerância			1.700*			0.682			0.906			1.157
Percepção x Tolerância			1.239			1.138			1.141			1.406**
Experiência x Percepção x Tolerância			0.609			1.421			0.849			0.787
Experiência x Escolaridade			0.966***			0.985			0.968**			0.980*
Percepção x Escolaridade			0.993			1.025			0.984			1.010
Tolerância x Escolaridade			0.970***			0.996			0.993			0.975**
<b>Constante</b>	(1)0.331*** (2)0.401*** (3)0.350***	0.281***	0.0804***	(1)0.434*** (2)0.496*** (3)0.450***	0.370***	0.129***	(1)0.243*** (2)0.220*** (3)0.207***	0.196***	0.0933***	(1)0.362*** (2)0.298*** (3)0.313***	0.272***	0.175***
<b>Qui quadrado</b>	(1) 537.4 (2) 523.8 (3) 675.0	699.7	1363	(1) 150.6 (2) 157.0 (3) 191.3	206.0	463.6	(1) 578.5 (2) 615.9 (3) 773.0	786.7	948.2	(1) 562.3 (2) 622.0 (3) 767.6	799.6	1119

\* = p valor menor/igual a 0,10; \*\* = p valor menor ou igual a 0,05; \*\*\* = p valor menor ou igual a 0,01.

Por questão de limitação de espaço, decidimos apresentar apenas os gráficos relativos à rodada de dados mais atual, de 2012<sup>25</sup>. No gráfico 1, observamos que o perfil que agrega experiência, percepção e tolerância com corrupção (tracejado cor marrom claro) é o mais participativo, considerando todas as outras possíveis combinações. O perfil que indica ausência de qualquer proximidade com corrupção (tracejado cor azul escuro) encontra-se em posição intermediária. Para todos os perfis, à medida que aumenta o nível de escolaridade, também aumenta a propensão à participação geral.

Não verificamos exatamente a configuração descrita acima nos demais gráficos – não expostos neste artigo – que indicam a propensão de participação geral ou em cada modalidade de participação, por cada rodada. Porém, observamos três tendências: (1) na maior parte dos casos - exceção para comparecimento eleitoral, considerando voto obrigatório, e ativismo eleitoral, na rodada de 2012 – o perfil mais propenso à participação inclui a experiência com corrupção, em seus mais variados formatos e (2) em nenhum dos casos, o perfil que indica ausência de qualquer proximidade com corrupção é o que apresenta a maior propensão de participação. Pelo contrário, sempre figura em posições intermediárias ou finais. Por fim, podemos destacar que, em todos os perfis, (3) há aumento de propensão de participação, à medida que aumenta o nível de escolaridade. Ou seja, independente da proximidade do cidadão com a corrupção, a escolaridade sempre elevará sua propensão a participar.

Os resultados talvez sejam evidências de que a experiência com corrupção é o indicador que melhor discrimina o comportamento participativo entre americanos e caribenhos. Para adentrarmos nessa análise, construímos os demais gráficos (2 a 7), que permitem visualizar a propensão de participação em cada modalidade, considerando cada variável indicadora de corrupção em separado, sempre tendo a escolaridade no eixo x. A rodada de dados utilizada é a de 2012.

Notamos, para cada modalidade de participação política – exceto as de comparecimento eleitoral – que as diferenças de propensão à participação são maiores entre os que possuem e os que não possuem experiência com corrupção, comparado com os perfis antagônicos dos outros indicadores de corrupção. Embora os dados de outros anos não sejam expostos neste artigo, a tendência mostra-se a mesma.

Todos os resultados observados nos gráficos nos fazem acreditar que a experiência com corrupção é o indicador que assume maior centralidade para explicar o

---

<sup>25</sup> Interessados nos dados completos sobre os gráficos podem contatar os autores, via e-mail.



envolvimento dos cidadãos com atividades participativas. Apesar das variáveis de interação possuírem significância estatística em poucas situações – talvez por conta do diminuto número de casos válidos, mas que também pode ser um indicador de pouca diferenciação de comportamento a partir delas - as sólidas tendências observadas ao longo dos quatro períodos de tempo e na maior parte das modalidades de participação nos fazem ter convicção da validade da afirmação feita no começo desse parágrafo.

Gráfico 1- Predição de participação geral por interações de indicadores de corrupção, considerando escolaridade (2012)<sup>26</sup>

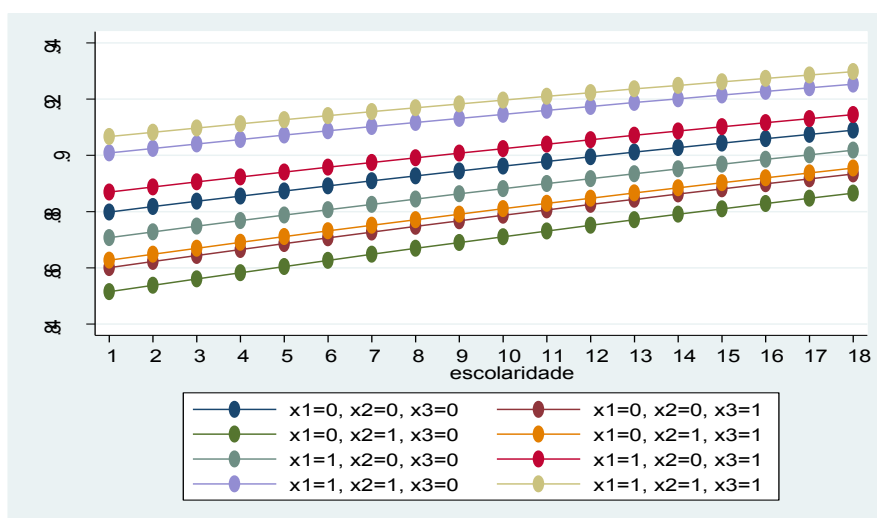
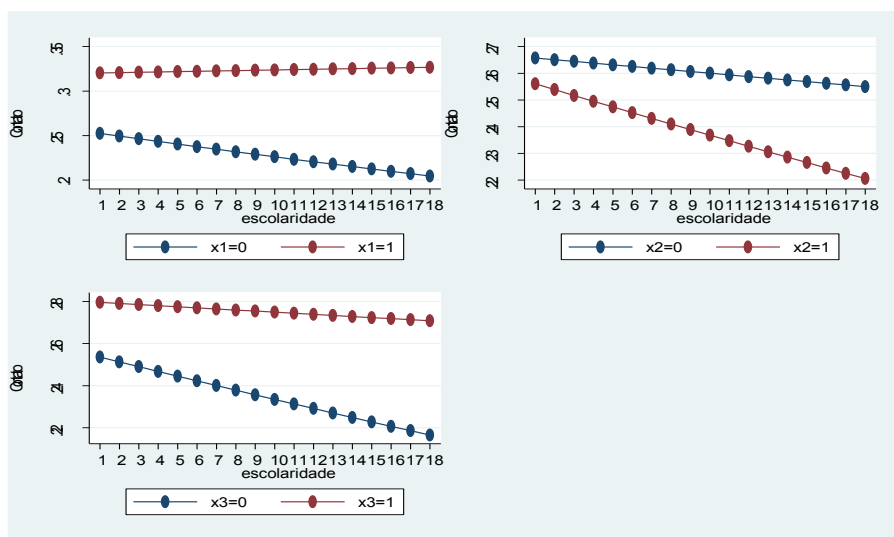


Gráfico 2- Predição de contato com atores políticos e governamentais por indicadores de corrupção, considerando escolaridade (2012)



<sup>26</sup> Segue a legenda para os códigos usados em cada um dos gráficos: x1 = 1 significa experiência com corrupção e x1=0 significa não experiência com corrupção/ x2=1 significa percepção de corrupção e x2=0 não percepção de corrupção/ x3=1 significa tolerância à corrupção e x3=0 significa intolerância à corrupção.

Gráfico 3- Predição de ativismo comunitário por indicadores de corrupção, considerando escolaridade (2012)

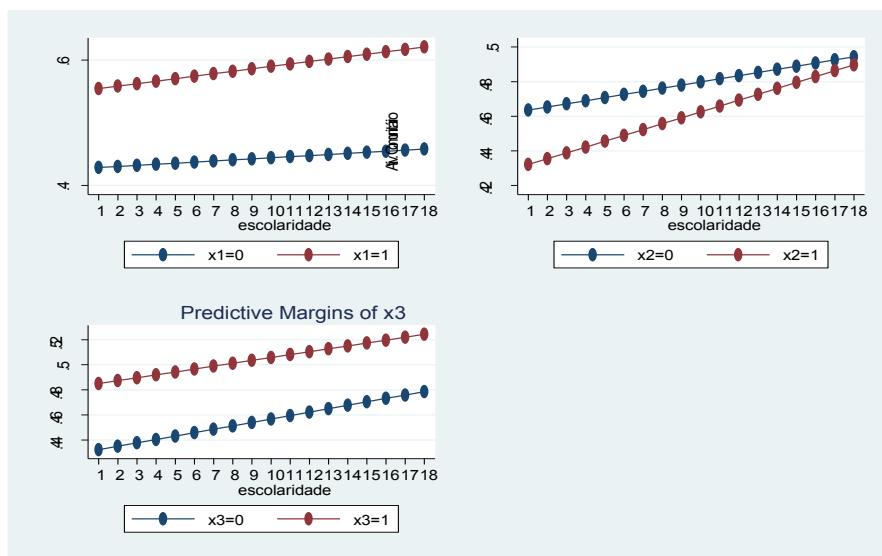


Gráfico 4- Predição de ativismo eleitoral por indicadores de corrupção, considerando escolaridade (2012)

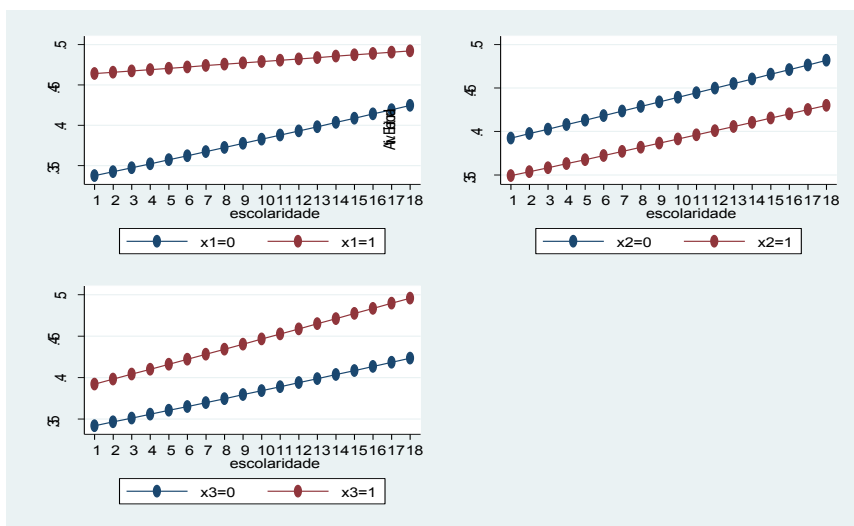


Gráfico 5- Predição de comparecimento eleitoral compulsório por indicadores de corrupção, considerando escolaridade (2012)

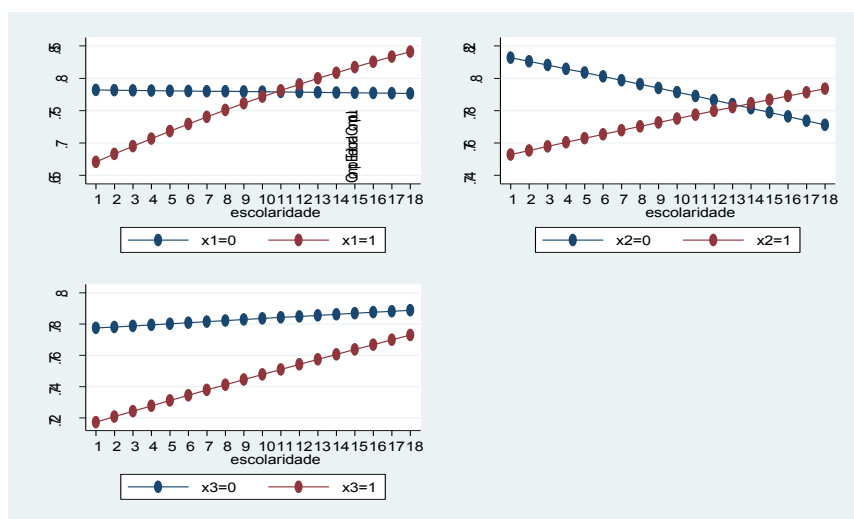


Gráfico 6- Predição de comparecimento eleitoral facultativo por indicadores de corrupção, considerando escolaridade (2012)

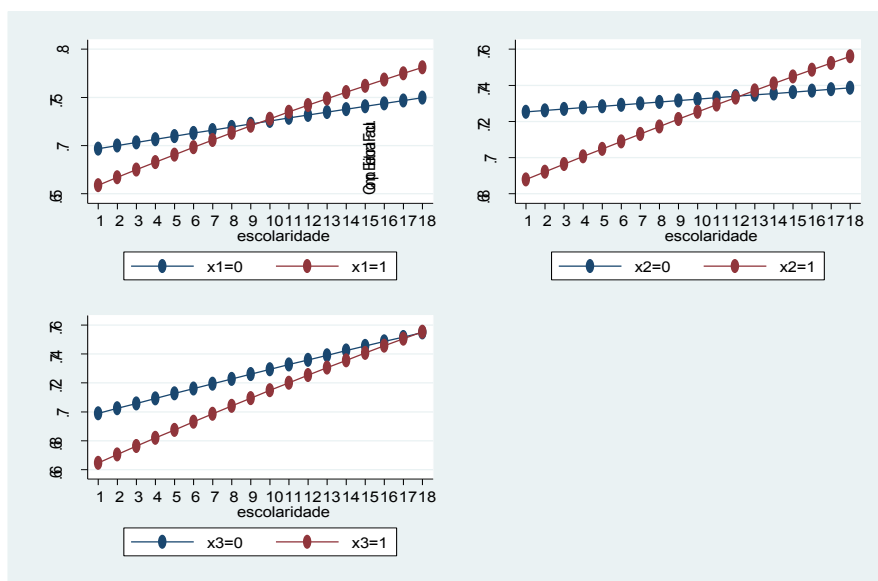
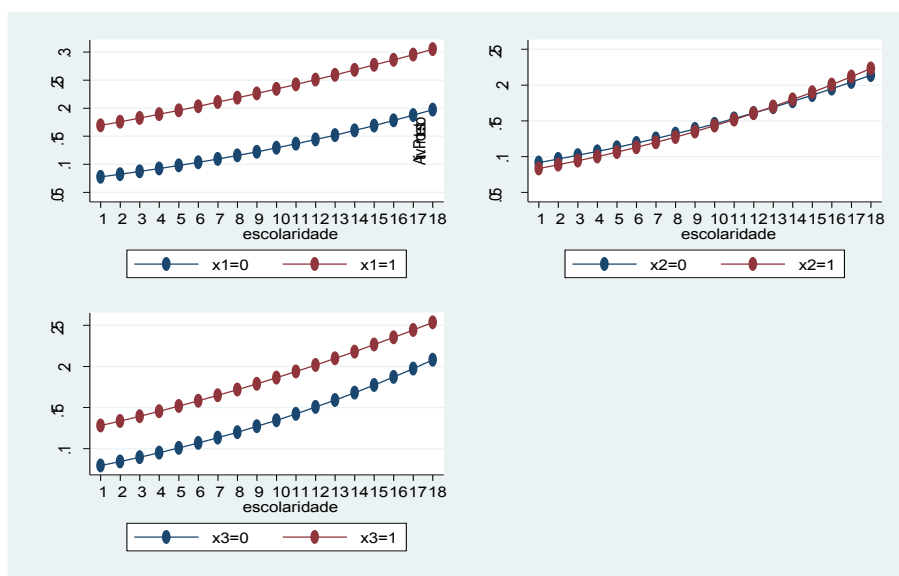


Gráfico 7- Predição de ativismo de protesto por indicadores de corrupção, considerando escolaridade (2012)



## 5- Considerações finais

Os resultados destacados ao longo do artigo, a despeito de suas limitações, fornecem importantes indicações sobre a relação entre corrupção e participação política nas Américas e no Caribe e também sobre cada fenômeno em particular. A amplitude do período temporal e do número de casos abordados no artigo facilita a observação de tendências e o problema de pesquisa selecionado representa algo inédito para a literatura especializada.

Em primeiro lugar, os achados de outros estudos e os resultados aqui encontrados sobre a dimensionalidade da participação política reforçam a necessidade

de entender o fenômeno como plural e não mais como singular. Ou seja, acreditamos que é mais adequado falarmos de “as participações políticas”, ao invés de “a participação política”. Pensamos que os diferentes resultados da associação entre as variáveis indicadoras de corrupção e as modalidades de participação política – em especial, o comparecimento eleitoral em relação às demais – também reforçam esse ponto de vista.

O estudo de Booth e Seligson (2009) talvez seja o primeiro que tratou de forma mais abrangente a dimensionalidade da participação política nas Américas e no Caribe, usando dados restritos à rodada de 2004 do “Barômetro das Américas”. As modalidades de participação encontradas se assemelham às identificadas por nós, embora haja algumas diferenças nas técnicas estatísticas empregadas. Entendemos que as similaridades nos resultados podem indicar que, no contexto analisado, é adequado conceber cinco dimensões da participação política: contato com atores políticos e governamentais, ativismo comunitário, ativismo eleitoral, comparecimento eleitoral e ativismo de protesto.

Observamos tendências também na frequência das variáveis indicadoras de corrupção. Embora com magnitudes muito díspares, há certa estabilidade percentual a respeito da experiência e da percepção de corrupção. Porém, a tolerância à corrupção, que expressa um valor, tem diminuído ao longo dos anos. Os dados disponíveis, contudo, não nos permite investigar se isso é resultado de mudança de valores ou apenas consequência de um posicionamento politicamente correto do entrevistado durante a aplicação da pesquisa.

Sobre a possível relação entre as variáveis indicadoras de corrupção e a participação política, há importantes questões a serem enfatizadas. Em geral, tolerância e experiência com corrupção aumentam as chances de participação, ao contrário do que foi hipotetizado. A intensidade das associações é mais forte e a presença de significância estatística é mais numerosa, porém, para o caso da experiência com corrupção. Já para percepção de corrupção, os resultados mostram-se muito variados, sendo difícil identificar alguma tendência.

Os resultados relativos à experiência com corrupção nos faz vislumbrar a existência de uma relação e não de mera associação, com as modalidades de participação, com exceção das relativas ao comparecimento eleitoral. O mesmo pode ser afirmado para a escolaridade, com o diferencial de se aplicar a qualquer modalidade.

Os gráficos construídos vão mais a fundo na investigação sobre o papel da experiência com corrupção no engajamento político e os seus resultados indicam, dentre outras coisas, que a vivência com situações de propina/ suborno tem papel central no engajamento político dos americanos e caribenhos.

Embora consideremos que os resultados alcançados são relevantes, estamos cientes de algumas limitações do trabalho. Acreditamos que a análise pode ser refinada em trabalhos futuros. Como exemplo, podemos incorporar variáveis de contexto aos testes estatísticos realizados, com o intuito de refinar o entendimento sobre a relação entre corrupção e participação política.

Também seria importante adicionar às análises empíricas resultados de testes qualitativos, especialmente no que pertine aos mecanismos presentes na relação entre corrupção e participação. É possível sugerir, por exemplo, que o indivíduo que tem vivência com atos de corrupção e que tolera, de certa forma, a existência de propina são mais engajados em atividades participativas, seja visando a modificação da lógica corrente de transgressão da norma vigente ou aproveitando-se de sua inserção na política para adquirir ganhos materiais via corrupção. Tais pensamentos, porém, são meras especulações, que podem ser mais bem investigadas com a utilização de técnicas metodológicas qualitativas.

## Referências

ABRAMO, Cláudio. Still Lifes: Perceptions of Corruption vs Other Indicators. Notes to the seminar “**Entendiendo la Corrupción en el Continente Americano**”, Laboratorio de Análisis y Documentación de la Corrupción, Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

----- **How far go perceptions?** Working paper, Transparência Brasil, 2005a.

----- Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. **Novos Estudos Cebrap**, v. 73, 2005b

BAILEY, John. Corruption and democratic governability. ? In: BLAKE, Charles; MORRIS, Stephen (eds). **Corruption and democracy in Latin America**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.

BARNES, Samuel et al. **Political action: mass participation in five western democracies**. London: Sage, 1979.

BOHN, Simone. Corruption in Latin America: understanding the perception-exposure gap. **Journal of Politics in Latin America**, v. 4, n. 3, 2012.

BONIFÁCIO, Robert. Corrupção e participação política nas Américas e no Caribe: 2004 - 2012. **Tese de doutorado**, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

BOOTH, John; SELIGSON, Mitchell. Political participation in Latin America: an agenda for research. **Latin America Research Review**, v. 11, n. 3, 1976.

------. **The legitimacy puzzle in Latin America:** political support and democracy in eight nations. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, 2012.

BRADY, Henry. Political participation. In: Robinson, John. (ed.). **Measures of political attitudes**. San Diego: Academic Press, 1999.

CALERA, Nicolás. Corrupción, ética y democracia: nueve tesis sobre la corrupción política. In: IBÁÑEZ, Perfecto; LAPORTA, Francisco; ALVAREZ, Silvina (ed). **La corrupción política**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

DELLA PORTA, Donatella. Social capital, beliefs in government and political corruption. In: PHARR, Susan (ed). **Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?** Princeton: Princeton University Press, 2000.

DOIG, Alan; McIVOR, Stephanie. Corruption and its control in the developmental context: an analysis and selective review of the literature. **Third World Quarterly**, v. 20, nº 3, 1999.

DOIG, Alan; THEOBALD, Robin. **Corruption and democratisation**. Londres: Frank Cass, 2000.

EUBEN, J.P. Corruption. In: BALL, Terence; FARR, James; HANSON, Russell (ed). **Political Innovation and conceptual change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

FIALHO, Fabrício. Participação e desigualdade política: um exercício em teoria e método. **Dissertação de mestrado**, DCP/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson; SILVA JÚNIOR, José Alexandre. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, 2010.

FILGUEIRAS, Fernando. Notas críticas sobre o conceito de corrupção: um debate com juristas, sociólogos e economistas. **Teoria & Sociedade**, v. 12, nº 1, 2004.

------. A corrupção do Estado: perspectivas teóricas e seu processo social. **Utopia y práxis latino-americana**, v. 11, nº 34, 2006.

------. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

------. Marcos teóricos da corrupção. In: AVRITZER, Leonardo et al (org). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.

HAIR, Joseph et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HEIDENHEIMER, Arnold; JOHNSTON, Michael; LEVINE, Victor. Introduction to part I. In: HEIDENHEIMER, Arnold; JOHNSTON, Michael; LEVINE, Victor (ed). **Political corruption: a handbook**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1989.

HIRSCHMAN, Albert. **De consumidor a cidadão:** atividades privadas e participação na vida pública. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HUNTINGTON, Samuel; NELSON, Joan. **No easy choice:** political participation in developing countries. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda:** a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

INGLEHART, Ronald. Democratização em perspectiva global. **Opinião Pública**, v.1, nº1, 1993.

JORESOG, Karl Gustav; SORBOM, Darg. **Advances in factor analysis and structural equation models**. New York: University Press of America, 1979.

KEY, V.O. **Southern politics in state and nation**. New York: Vintage books, 1949.

KIM, Jae-on; MUELLER, Charles. **Factor analysis: statistical methods and practical issues**. Bervelly Hills: Sage Publications, 1978.

LEE, Valerie. Utilização de modelos hierárquicos lineares para estudar contextos sociais. In: BROOKE, Nigel; SOARES, Francisco (orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: UFMG.

LIPSET, Seymour; LENZ, Gabriel. Corrupção, cultura e mercados. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (org). **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MANZETTI, Luigi; WILSON, Carole. Why do corrupt governments maintain public support? In: BLAKE, Charles; MORRIS, Stephen (eds). **Corruption and democracy in Latin America**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.

MERTON, Robert. **Social theory and social structures**. New York: Free Press, 1957.

MILBRAITH, Lester. **Political participation: how and why do people get involved in politics?** Chicago: Rand McNally and Company, 1965.

MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura política de massas no Brasil. **Lua Nova**, nº 26, 1992.

NORRIS, Pippa. **Democratic Phoenix: reinventing political activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

----- **Democratic deficit: critical citizens revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NYE, Joseph. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. **The American Political Science Review**, v. 61, nº 2, 1967.

PASQUINO, Gianfranco. **Curso de Ciência Política**. Lisboa: Princípia, 1990.

PIZZORNO, Alessandro. Introducción al estudio de la participación política. In: PIZZORNO, Alessandro; KAPLAN, Marcos; CASTELLS, Manuel. **Participación y cambio social em la problemática contemporánea**. Buenos Aires: Siap-Planteos, 1975.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

REIS, Fábio. **Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira**. São Paulo: Edusp, 2000.

ROSE, Richard. Medidas de democracia em survey. **Opinião Pública**, v. 8, nº1, 2002.

ROSE-ACKERMAN, Susan. **Corruption and government: causes, consequences and reform**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SALINAS, Eduardo; BOOTH, John. Micro social and contextual sources of democratic attitudes in latin america. **Journal of Politics in Latin American**, v. 3, n. 1, 2011.

SELIGSON, Mitchell. Corruption and democratization: what is to be done? **Public integrity**, v. 3, n. 3, 2001.

----- **The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study of four Latin American countries**. **Journal of politics**, v.64, nº2, 2002.

SEÑA, Jorge. El fenómeno de la corrupción. In: IBÁÑEZ, Perfecto; LAPORTA, Francisco; ALVAREZ, Silvina (ed). **La corrupción política**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

TEORELL, Jan; TORCAL, Mariano; MONTERO, José Ramon. Political participation: mapping the terrain. In: VAN DETH, Jan; MONTERO, José Ramon; WESTHOLM, Anders (orgs). **Citizenship and involvement in European democracies**. New York: Routledge, 2007.

VALDÉS, Ernesto. Acerca del concepto de corrupción. **Claves de razón práctica**, nº 56, 1995.

VERBA, Sidney; NIE, Norman; KIM, Jae-on. **Participation and political equality**: a seven-nation comparison. New York: University of Chicago Press, 1987.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay; BRADY, Henry. **Voice and equality**: civic voluntarism in American politics. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

WARREN, Mark. The Meaning of Corruption in Democracies. In: HEYWOOD, Paul (ed). **The Routledge International Handbook on Political Corruption**. Oxford: Routledge, 2012.

WATERBURY, John. Endemic and planned corruption in monarchial regime. **World Politics**, v. 25, nº 4, 1973.

ZÉPHYR, Dominique. Corruption and its impact on Latin American democratic stability. **Challenges to Democracies in Latin American and the Caribbean**: Evidence from the Americas Barometer 2006-2007. Vanderbilt University/ United States Agency for International Development, 2008.

#### Apêndice

Descrição das variáveis indicadoras de participação política e participação política no “Barômetro das Américas”.

São usados os questionários das pesquisas de opinião do “Barômetro das Américas” aplicadas no Brasil, nas ondas de 2006/7, 2008, 2010 e 2012. A redação dessas variáveis não é idêntica às aplicadas nos demais países, contudo, são similares e buscam captar as mesmas questões.

Algumas variáveis encontram-se ausentes em determinadas ondas e outras mudam de formato ou de nome ao longo dos anos. Esclarecimentos a respeito são feitos na exposição abaixo.

#### PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

**VB2.** *O (a) senhor (a) votou nas últimas eleições presidenciais de 20xx?*

1. Sim, votou    2. Não votou    8. Não sabe/ não respondeu

**PP2.** *Existem pessoas que trabalham para algum partido ou candidato durante as campanhas eleitorais. O (a) senhor (a) trabalhou para algum partido ou candidato nas eleições presidenciais de 2006?*

1. Sim, trabalhou    2. Não trabalhou    8. Não sabe/ não respondeu

*Agora, para falar de outra coisa, às vezes as pessoas e as comunidades têm problemas que não podem resolver por si mesmas e, para poder resolvê-los, pedem ajuda a algum funcionário ou órgão do governo.*

*Para poder resolver seus problemas, o (a) senhor (a) pediu ajuda ou cooperação alguma vez...?*

**CP2.** *A algum deputado federal ou estadual?*

**CP4.** *A algum ministério/ secretaria, instituição pública ou órgão do estado?*

**CP4a.** *A alguma autoridade local (prefeito, autoridades militares)*

1. Sim    2. Não    8. Não sabe/ não respondeu

→ Para as ondas de 2004 e 2006

*Agora vou fazer algumas perguntas sobre sua comunidade e os problemas que ela enfrenta...*

**CP5.** *No último ano o (a) senhor (a) contribuiu para a solução de algum problema de sua comunidade ou dos vizinhos de seu bairro?*

1. Sim    2. Não    8. Não sabe/ não respondeu



→ Para as ondas de 2008, 2010 e 2012

**CP5.** Mudando de assunto, nos últimos 12 meses o (a) senhor (a) contribuiu para a solução de algum problema da sua comunidade ou dos seus vizinhos de bairro? Por favor, me diga se fez isso pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca nos últimos 12 meses.

1. Uma vez por semana    2. Uma ou duas vezes por mês    3. Uma ou duas vezes por ano  
4. Nunca    88. Não sabe    98. Não respondeu

Agora vou ler uma lista de grupos e organizações. Por favor, diga se o (a) senhor (a) assiste às reuniões pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca.

**CP8.** Um comitê, uma associação de bairro ou junta de melhoras para a comunidade?

**CPI3.** De um partido ou movimento político?

Agora vamos falar de seu município...

**NP1.** O (a) senhor (a) assistiu a alguma audiência pública na Câmara dos Vereadores e/ ou prefeitura nos últimos 12 meses?

**NP2.** O (a) senhor (a) solicitou ajuda ou enviou pedido a algum vereador, funcionário ou órgão da prefeitura nos últimos doze meses?

1. Sim    2. Não    88. Não sabe    98. Não respondeu

**PP1.** Durante as eleições, algumas pessoas tentam convencer outras para que votem em algum partido ou candidato. Com que frequência o (a) senhor (a) tentou convencer outras pessoas a votar em um partido ou candidato?

1. Frequentemente    2. De vez em quando    3. Muito raramente    4. Nunca  
8. Não sabe/ não respondeu

→ Para as ondas de 2004, 2006 e 2008

**PROT1.** Alguma vez na sua vida o (a) senhor (a) participou manifestação ou protesto público? Participou algumas vezes, quase nunca ou nunca?

Para as ondas de 2010 e 2012

**PROT3.** Nos últimos doze meses, o (a) senhor (a) participou de alguma manifestação ou protesto público?

→ Somente em 2012

**PROT6.** Nos últimos doze meses, o (a) senhor (a) assinou alguma petição (abaixo-assinado)?

1. Sim    2. Não    88. Não sabe    99. Não respondeu

Para a realização dos testes de frequência e de análise fatorial no capítulo 2, em todas as variáveis foram designados casos válidos e casos inválidos. Todas as opções de respostas que indicam “não sabe” e “não respondeu” foram consideradas inválidas.

Considera-se como cidadão participativo aquele que respondeu uma das opções de resposta descritas abaixo, em cada uma das variáveis.

VB2: “Sim”;

PP2: “Sim”;

CP2: “sim”;

CP4: “sim”;

CP4A: “sim”;

CP5 (ondas 2004 e 2006/7): “sim”;

CP5 (ondas 2008, 2010 e 2012): “uma vez por semana”, “uma ou duas vezes por mês” ou “uma ou duas vezes por ano”;

CP8: “uma vez por semana”, “uma ou duas vezes por mês” ou “uma ou duas vezes por ano”;

CP13: “uma vez por semana”, “uma ou duas vezes por mês” ou “uma ou duas vezes por ano”;

NP1: “sim”;

NP2: “sim”;

PP1: “frequentemente”, “de vez em quando” ou “muito raramente”;

PROT1 (ondas 2004, 2006/7 e 2008): “algumas vezes” ou “quase nunca”;

PROT3 (ondas 2010 e 2012): “sim”;

PROT6: “sim”.

## CORRUPÇÃO

### **A) Experiência com situações de pedido de propina**

*Agora queremos falar de sua experiência pessoal com coisas que acontecem na vida...*

**EXC2.** *No último ano algum agente de polícia pediu ao senhor (a) uma propina (ou suborno)?*

**EXC6.** *No último ano um funcionário público solicitou ao senhor (a) uma propina (ou suborno)?*

0. Não            1. Sim            8. NS/NR

### **B) Intolerância a pagamento de propina**

**EXC18.** *O senhor (a) acha que, da forma como as coisas estão, às vezes se justifica pagar uma propina (suborno)?*

0. Não            1. Sim            8. NS/NR

### **C) Percepção de corrupção entre funcionários públicos**

**EXC7.** *Considerando sua experiência ou o que ouviu falar dos funcionários públicos, a corrupção dos funcionários públicos está... ?*

(1) Muito comum            (2) Mais ou menos comum            (3) Pouco comum            (4) Nada comum  
(8) NS/NR